

240
#18

HT-240



Universidade Eduardo Mondlane

Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Departamento de História

O Trabalho Migratório E Sua Contribuição Na Economia Familiar: Caso Do Posto Administrativo De Mapulanguene, 1970-2003

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em História na Universidade Eduardo Mondlane

Arão João Mutemba

Maputo, Dezembro de 2007

**O Trabalho Migratório E Sua Contribuição Na Economia Familiar: Caso Do Posto
Administrativo De Mapulanguene, 1970-2003**

Dissertação Apresentada em Cumprimento Parcial dos Requisitos Exigidos para a Obtenção do
Grau de Licenciatura em Historia na Universidade Eduardo Mondlane por

Arão João Mutemba

Departamento de Historia
Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Universidade Eduardo Mondlane

Supervisor:

Prof. Dr. Joel das Neves Tembe

Maputo, Novembro de 2007

O Júri

O Presidente

Joel, Neves

O Supervisor

Arão

O Oponente

NG 981

Data

21 / 12 / 07

Declaração

“Declaro por minha honra que esta dissertação nunca foi apresentada, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau e, que ela constitui o resultado da minha investigação pessoal e independente, estando indicadas no trabalho e nas referências bibliográficas, as fontes que consultei”.

Maputo, Dezembro de 2007

Arão João Mutemba

Dedicatória

Dedico aos meus pais João Mutemba e Laura Uamusse que me indicaram e alicerçaram a minha caminhada.

... ao meu filho Júnior, à minha esposa Telma Magumane e a todos meus irmãos pelo apoio e força moral que me concederam.

Agradecimentos

Ao Prof. Dr. Joel das Neves Tembe pela paciência que teve na supervisão deste trabalho. São também extensivos ao Dr. Adérito Machava pela paciência que teve na revisão minuciosa do trabalho e ao Prof. Dr. Hedges que me deu algumas orientações sobre a literatura específica a consultar e os enfoques a ter no campo, vai o meu muito obrigado!

Aos elementos do meu grupo de estudo, Rui Sabino, Firmino Malate, Faro Nhazilo, Meirinho Vilankulos, Humberto Elias, Francisco Pantie e a Elisabete Garcia que contribuíram bastante para a minha evolução académica; sobretudo ao Firmino Malate e Rui Sabino que não mediram os seus esforços para me apoiar em ideias e na revisão minuciosa do trabalho.

À toda família Mutemba e Uamusse, meus Irmãos, primos e sobrinhos, pelo imensurável apoio, carinho e pelo vosso amor fraterno.

A todos meus colegas do curso que trilhamos juntos esta longa caminhada, que de certa forma contribuíram na minha evolução académica com as suas contribuições durante os debates, não obstante a História nos uniu, e assim espero que as nossas relações não se quebrem.

Aos meus amigos Gilberto Chacate e Arnaldo que juntos nos unimos para ingressar no ensino superior, vai o meu muitíssimo obrigado!

A todos trabalhadores da Administração de Magude que fizeram de tudo para que conseguisse viajar para Mapulanguene no mesmo dia da minha chegada, sobretudo ao Sr, João Nhantsuruane e ao Sr. Júnior que me disponibilizaram documentação para consulta. Ao chefe do Posto Administrativo de Mapulanguene que para além de me orientar concedeu a sua residência para a minha hospedagem, a gratidão é imensurável!

Abreviaturas

AHM- Arquivo Histórico de Moçambique
ANC- Congresso Nacional Africano
AMURU-
BFLCS- Biblioteca da Faculdade de Letras e Ciências Sociais
CEA- Centro de Estudos Africanos
CEP- Centro de Estudos da População
EN1- Estrada Nacional Número 1
FAO- Organização das Nações Unidas para agricultura e Alimentação
FLCS- Faculdade de Letras e Ciências Sociais
FMI- Fundo Monetário Internacional
FRELIMO- Frente de Libertação de Moçambique
HIV- Vírus de Imunodeficiência Humana
ILO-
INAME- Instituto Nacional de Apoio ao Moçambicano Emigrante
NET- Núcleo de Estudos de Terra
ONG's- Organizações Não Governamentais
PARPA- Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta
PDSAPM- Plano Desenvolvimento do Sector Agrário da Província de Maputo
PRE- Programa de Reabilitação Económica
RENAMO- Resistência Nacional de Moçambique
RSA- Republica da África do Sul
SADC- Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SIDA- Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
TEBA- The Employment Bureau of Africa
UEM- Universidade Eduardo Mondlane
UNDP- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
WENELA- Witwatersrand Native Labour Association
NAMO- National Union of Mineworkers

Resumo

O trabalho migratório em Mapulanguene resulta das preocupações da comunidade em responder as suas necessidades económicas, sociais e culturais, embora numa primeira fase influenciado pelo sistema de administração colonial.

Portanto, as crises climáticas, a falta de oportunidades de emprego a nível local, que muita das vezes tem sido a pastorícia tem motivado cada vez mais os jovens a emigrar para a RSA clandestinamente, tendo em conta o declínio da migração laboral legal para as minas desde a independência nacional, razão pela qual o maior número de mineiros ganharam o seu primeiro contrato antes da independência ou logo após.

Com efeito, esta actividade é de destaque a nível da comunidade, os mineiros contribuem para o melhoramento da actividade agro-pecuária, na montagem de infra-estruturas económicas e no transporte, o que tem ajudado bastante a comunidade local, tendo em conta as dificuldades de resposta do Governo.

O conflito armado que assolou bastante a região, com mais destaque para o período 1983-1988, desestabilizou por completo o panorama económico e social da comunidade de Mapulanguene, tendo a maior parte da população emigrado para a RSA e outras zonas do país, sem contar com perdas materiais avultadas.

Durante este período difícil, os mineiros assistiam a todo custo as suas famílias e havia incentivos e apoio moral por parte do Governo para apoiarem as suas famílias em alimentos e factores de produção.

Todavia, actualmente os mineiros revelam falta deste apoio por parte do Governo desde a área laboral até às suas zonas de origem o que concorre para que muitos deles vivam em extrema pobreza.

Cronologia

- 1970- Introdução de novas tecnologias, aumento do preço do ouro e subida do salário dos mineiros.
- 1975- Independência Nacional; aumento da contratação de mineiros.
- 1976- Internalização da mão-de-obra e recessão progressiva da mão-de-obra moçambicana
- 1977- Realização do III Congresso da Frelimo, directivas económicas e sociais baseadas na socialização do campo; base para a integração dos mineiros regressados.
- 1978- Revogação da clausula de ouro.
- 1983- Primeiro ataque da Renamo contra o Posto Administrativo de Mapulanguene.
- 1984- Acordos de Inkomati- Acordos de boa vizinhança e de não agressão, serviram também para a negociação do aumento do recrutamento de mineiros.
- 1985- Moçambique alia-se às instituições da Bretton Woods, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional.
- 1986- O Governo sul-africano declara o repatriamento compulsivo de todos trabalhadores moçambicanos na RSA.
- 1987- Recessão da industria mineira e redução dos postos de trabalho; Introdução do Programa de Reajustamento Estrutural, aumento do desemprego e da crise do sector familiar.
- 1988- A Renamo ocupou definitivamente o Posto, provocando o abandono total da população.
- 2003- Restabelecimento da cláusula da internalização da mão-de-obra pela Câmara das Minas sul-africana.

Índice:

Capítulo I:

1.1. Introdução.....	1
1.2. Objectivo Geral.....	2
1.2.1. Objectivos Específicos.....	2
1.2.2. Pergunta de Partida.....	3
1.3. Hipóteses.....	3
1.4. Marcos Cronológicos.....	3
1.5. Motivação e Argumento.....	4
1.6. Problematização.....	7
1.7. Metodologia.....	9
1.8. Quadro Teórico.....	12
1.9. Recensão Bibliográfica.....	16

Capítulo II Enquadramento Geográfico e Sócio-Económico

2.1. Localização e Processo Formativo da Região.....	25
2.2. Aspectos Demográficos.....	27
2.3. Principais Actividades Económicas.....	29
2.3.1. Estratégias de Sobrevivência.....	31
2.4. O Conflito Armado e as Transformações Sócio-Económicas na Comunidade de Emigrantes 1985-1992.....	34

Capítulo III Contribuição do Mineiro na Economia Familiar e no Desenvolvimento da Comunidade

3.1. Contexto Histórico.....	38
3.2. Contexto Económico e Político de Moçambique 1970-1992.....	40
3.2.1. Dinâmica do Trabalho Migratório 1970-1992.....	43
3.3. Tendências Actuais do Trabalho Migratório 1992-2003.....	49
3.4. Contribuição do Mineiro Na Economia Familiar.....	54
3.5. O Mineiro Como Contribuinte no Desenvolvimento da Comunidade.....	61
3.6. Enquadramento do Mineiro nas Políticas de Desenvolvimento do País.....	64
4. Conclusão.....	68
5. Referências.....	70
6. Anexos	

Lista de Tabelas:

Tabela 1: Distribuição da População a Nível das Localidades do Posto Administrativo de Mapulanguene.

Tabela 2: Densidade Populacional Por Posto Administrativo

Tabela 3: Distribuição da População do Distrito e do Posto Administrativo de Mapulanguene por Sexo, Idade e Sua Projecção

Tabela 4: Evolução dos efectivos pecuários a nível distrital

Tabela 5: Arrolamento Pecuário de 2005 em Sectores de Actividade

Tabela 6: Distribuição da Rede Comercial a Nível do Posto Administrativo de Mapulanguene

Lista de Mapas:

Mapa 1: da Província de Maputo e Distrito de Magude

Mapa 2: Dos Postos Administrativos e Suas respectivas Áreas

Mapa 3: da Densidade populacional de cada Posto Administrativo

Capítulo I

1. Introdução

O trabalho migratório em Moçambique data desde o século XIX, inserido na conjuntura económica, social e política da região, sobretudo da RSA com o desenvolvimento das plantações e da indústria mineira.

Com a instalação do Estado colonial em Moçambique a zona sul foi moldada como reservatório da mão-de-obra para as minas sul-africanas. A introdução de medidas coercivas pela administração colonial incentivou as populações a emigrar para poderem satisfazer o pagamento do imposto, evitar o trabalho forçado e realizar as suas obrigações sociais tais como, adquirir gado, lobolar e construir uma família.

Foi no âmbito desta dinâmica que o Governo colonial acumulava dividendo, em termos de circulação monetária nas zonas rurais, uso e construção das infra-estruturas ferro portuárias e do pagamento diferido.

Com a independência nacional, o trabalho migratório deparou-se com a redução progressiva do exército laboral de mineiros na RSA, mas em contrapartida o número reduzido de mineiros que ainda continuavam a emigrar traziam mais valia para o país devido a elevação de salários.

No âmbito da crise em que o país atravessava o Governo de Moçambique incentivou os mineiros a assistirem as suas famílias em alimentos e bens materiais para o desenvolvimento das suas zonas de origem.

Todavia, os esforços do Governo nessa perspectiva foram abortados devido à intensificação da guerra na década 80.

Na década 90 aumentaram as expectativas dos emigrantes com a paz em Moçambique e o fim do regime do apartheid na RSA. Contudo, foi justamente nesta fase que os postos de trabalho reduziram e aumentou a xenofobia na RSA condenando à pobreza milhares de famílias dos emigrantes.

No âmbito desta dinâmica actual parece ser necessário que o Governo e mesmo organizações não governamentais se envolvam nesta problemática dos mineiros para criar medidas que possam evitar a sua vulnerabilidade findo o contrato, embora o mineiro contribua na economia familiar, no desenvolvimento da comunidade e, até certo ponto, na balança de pagamentos através do salário diferido.

1.1. Objectivo Geral

Analisar a contribuição do trabalho migratório no crescimento da economia familiar e a sua comparticipação no desenvolvimento da comunidade.

1.1.1. Objectivos Específicos

- Avaliar o impacto sócio-económico da aplicação dos rendimentos do mineiro em Mapulanguene;
- Estudar as tendências actuais do trabalho migratório, após a democratização de ambos os países na década de 1990;
- Avaliar até que ponto o Trabalho migratório é sustentável para o sector familiar, no panorama actual da indústria mineira do ouro (1992-2003);
- Analisar até que ponto o Estado enquadra o mineiro nas políticas de desenvolvimento do país;

1.2. Pergunta de Partida

Em que medida o trabalho migratório contribuiu para o crescimento da economia familiar e da comunidade no período 1970-2003 em Mapulanguene?

1.3. Hipóteses

- a) O mineiro moçambicano contribuiu para o crescimento da economia familiar com a aquisição de alimentos, insumos agrícolas, meios de transportes e envio de remessas.
- b) A comunidade desenvolveu com o aumento da circulação monetária, construção de casas melhoradas, a circulação dos insumos agrícolas e de meios de transporte.
- c) A comunidade de Mapulanguene revela falta de assistência ao mineiro na capitalização dos rendimentos, e no envolvimento deste em programas de desenvolvimento local.

1.4. Marcos Cronológicos

O ano de 1970 marca o apogeu das transformações que se observaram na indústria mineira desde os meados da década 60 no que concerne à introdução de novas tecnologias, o aumento do preço do ouro que se vão reflectir na subida do salário dos mineiros¹. Deste modo o salário do mineiro passa a ser um factor determinante para as alterações sócio-económicas na comunidade de emigrantes.

No ano de 2003 é restabelecida a cláusula da internalização da mão-de-obra pela Câmara das Minas sul-africana, adoptada pela primeira vez na década 70. Com efeito, esta cláusula tem como implicações a redução dos trabalhadores moçambicanos, sendo assim,

¹ James, W. G. *Our Precious Metal: African Labour In South Africa Gold Industry, 1970-1990*. Cape Town: David Phillip Publisher (PTY), 1992, p20; mostra que em 1970 há trabalhadores que já recebiam cerca de 16 rands mensais; o estudo efectuado pelo CEA. *O Mineiro Moçambicano: Um Estudo Sobre A*

um factor limitante no desenvolvimento sócio-económico sobretudo nas comunidades de mineiros rurais dada a sua maior dependência pelos rendimentos dos mineiros².

1.5. Motivação e Argumento

O estudo da contribuição do mineiro na economia familiar resulta da importância *sine qua non* que o seu rendimento tem para a economia familiar em particular e na comunidade em geral.

O programa das reformas económicas e das privatizações levou à reestruturação das empresas e este facto conduziu à maior perda dos postos de emprego. No entanto, os efeitos da guerra e das calamidades naturais de 2000, vieram agravar esta situação com o aumento do êxodo rural e o crescimento do mercado informal.

Esta situação na zona Sul do país foi agravada pela redução dos postos de trabalho nas minas a partir de 1987 e a tendência para a redução de salários. No entanto, de 1986 a 1991 a proporção dos postos de trabalho perdidos oscilava nos 27% da mão-de-obra total. Por conseguinte, a principal causa desta situação foi a depreciação da moeda no mercado internacional e a maior profundidade das minas na África do Sul, o que reduziu a sua rentabilidade e aumentou o custo de produção³:

As oportunidades de emprego em Moçambique na década de 1990 eram escassas. Das 590 empresas existentes tinham contratado em 1991, cerca de 147 mil trabalhadores e em 1992, este número declinou para 137 mil. Portanto, os 41 mil moçambicanos empregues

Emigração De Mão-de-obra Em Inhambane. Maputo: UEM, 1998. p40, alega que a dinâmica do aumento salarial chegou a atingir em 1976 para trabalhadores do subsolo uma cifra de 2,5 rands por turno.

² Notícias: "Falta de Acordos Perpetua Greves Nas Minas". Maputo, 13.08.2005; Give, Eduardo J. F. "O Trabalho Migratório e o Impacto do HIV/SIDA no Distrito de Chókwè, 1990-2004". Maputo: UEM/FLCS, 2005. Tese de Licenciatura em História, 2005. p.44.

³ Davies, R. & Head, J. The Future of Mine Migrancy: Trends in Southern Africa. In: crush, J & James W. (Eds.). *Crossing Boundaries: Mine Migrancy in Democratic South Africa*. Cape Town, 1995. P.9-10

nas minas sul-africanas eram equivalentes a 30% do total dos trabalhadores empregues nas 590 empresas em Moçambique. Com efeito, Moçambique rendia cerca de 15% a 18% do total dos rendimentos provenientes do estrangeiro⁴.

Diversas obras analisam a contribuição do mineiro para o Estado e às famílias em termos de divisas e a satisfação das necessidades familiares. Head (1994), admite que desde o aumento dos salários nas minas em 1960, o padrão de vida de alguns mineiros e suas famílias melhorou, alguns conseguiram construir casas de alvenaria, adquirir mobília, electrodomésticos, bicicletas, motorizadas⁵.

No início da década de 1980, já compravam bens luxuosos e onerosos e também havia uma tendência de investir o seu salário na compra de máquinas e utensílios que dariam lucros às suas famílias. Contudo, no período da guerra e das calamidades naturais eram adquiridos bens alimentícios.

O estudo feito pelo CEA (1998), em Homoine mostra que 40% da população que possuía gado tinha adquirido por via da compra com o salário das minas. No entanto, a falta de rendimento do mineiro podia contribuir a médio prazo na diminuição do gado bovino. Portanto, estas charruas e juntas de bois contribuía também para o rendimento familiar através do seu aluguer⁶.

Por outro lado, o estudo de Covane (2001) em Inhamissa, mostra até que ponto o trabalho migratório contribuiu para a recuperação da rede comercial local, por exemplo de 1 loja em 1974, aumentou para 10 em 1992, como reflexo de aumentos de salários nas minas. O envio de remessas alimentares por mineiros, ganhou ênfase após a independência, em

⁴ Davies & Head, 1994: 9-10

⁵ Head, J. *Migrant Labour From Mozambique: What Prospects?* Cape Town University, 27-29 June 1994. P.19

⁶ CEA, 1998: 105-106

virtude do abandono dos cantineiros das zonas rurais. Esta situação se agravou mais com as calamidades naturais e com o conflito armado⁷.

A dependência de Moçambique face a alimentos sul-africanos chegou ao cúmulo quando em 1985, a "Premier International", assinou um acordo com o governo moçambicano para a exploração da linha de transportes e comércio de mercadorias dos mineiros moçambicanos⁸.

O Estado moçambicano incentivou a emigração durante a situação difícil do conflito armado, reduzindo as taxas aduaneiras dos produtos comprados na África do Sul pelos mineiros e também licenciou empresas que oferecem serviços de transporte e armazenamento dos produtos dos mineiros, que depois eram reavidos nas suas zonas de origem⁹.

No âmbito das questões atrás mencionadas, a escolha deste tema prende-se pela actualidade dos problemas que afectam o mineiro moçambicano, tendo em conta o encerramento progressivo de diversas indústrias mineiras, sobretudo as minas de ouro sul-africanas. Estes trabalhadores quando perdem os seus contratos aparentemente ficam desamparados e sem apoio das entidades governamentais e privadas para a sua inserção em actividades produtivas de modo a garantir a segurança alimentar e estabilidade económica das suas famílias.

Outra razão que nos inspirou ao tema é que têm-se desenvolvido poucos debates a nível das Ciências Sociais no sentido de despertar o Governo e as entidades não

⁷ Covane, L. O Trabalho Migratório E A Agricultura No Sul De Moçambique (1920-1992). Maputo: Promédia, 2001. P. 256-265.

⁸ Idem

⁹ De Vletter, F. The Implications Of Changing Migration Patterns In Southern Africa. Paris: OECD, 1994. P. 14

governamentais de modo a envolverem o mineiro nos planos de desenvolvimento social e económico do país¹⁰.

A escolha do Posto Administrativo de Mapulanguene como região de estudo deve-se a posição transfronteiriça em relação à África do Sul, a interacção permanente entre as populações da fronteira de ambos os lados¹¹. Por outro lado, prende-se com o facto de cerca de 40% da população masculina em idade activa ser migrante no universo distrital, apesar de apresentar altos índices de pobreza¹².

Aparentemente, não há estudos bem aprofundados a respeito desta região no que concerne ao trabalho migratório, e a nossa intenção é contribuir com mais um estudo nesta área para uma melhor compreensão da dinâmica das migrações transfronteiriças no sul de Moçambique.

Portanto, com este trabalho, pretendemos despertar mais debates e estudos que possam contribuir no sentido de envolver o mineiro, tendo em conta os discursos actuais de "combate contra a pobreza absoluta e o desenvolvimento comunitário", como agente activo no alívio à pobreza e no desenvolvimento da comunidade auxiliando-o na aplicação dos seus rendimentos ou mesmo na disponibilização de créditos¹³.

¹⁰ Vide Das Neves-Tembe. "Migrações Transfronteiriças E Redução Da Pobreza Em Moçambique: Lições Do Passado E Oportunidades Do Presente". Primeira Conferência Nacional da OSSREA em Moçambique As Ciências Sociais na Luta contra a pobreza em Moçambique, Maputo, 2-3 Dezembro 2003. Contou também a minha participação no Projeto de Investigação sobre a Aplicação Sustentável das Poupanças dos Migrantes Moçambicanos na Redução da Pobreza no Âmbito do PARPA dirigido pelo Prof. Dr. Joel Tembe, que constituiu uma oportunidade para o relançamento destes estudos efectuados nas Províncias de Maputo, Gaza, Inhambane e Manica.

¹¹ Chilundo, A. G. *Avaliação Do Impacto Sócio-Económico E Ambiental Do Projecto De Conservação Transfronteiriça Dos Distritos De Magude E De Moamba*. Maputo: Amoterra, Maio, 1998. P. 32

¹² Adam, Y & Coimbra, H. *Distritos Ricos Que Se Tornaram Pobres Na Província De Maputo: Estudos De Caso Na Moamba E Em Magude*. Maputo: UEM/CEP, Abril de 1996. P. 43; Plano Desenvolvimento do sector Agrário da província de Maputo (PDSAPM) -*Relatório Preliminar Magude*, Revisto em 21/11/2005. P. 9

¹³ Esta questão vem mais explícito em Das Neves-Tembe, 2003: 5

1.6. Problematização

As autoridades moçambicanas aparentemente, não têm dado a devida atenção ao mineiro moçambicano, na medida em que não se têm criado mecanismos no país para orientá-lo a capitalizar os seus rendimentos, nem para a sua integração em actividades produtivas com vista a manter a sua segurança alimentar quando perde o seu contrato na África do Sul. Não obstante, no distrito de Magude, estima-se que quase 40% da população masculina em idade activa trabalham na África do Sul¹⁴.

Este distrito tem boas potencialidades na pecuária, e alega-se que antes da guerra possuía cerca de 150 mil cabeças de gado bovino onde cerca de 80/90% das manadas pertenciam ao sector familiar. Contudo, em 1996 existiam cerca de 2 mil cabeças de gado bovino¹⁵. Segundo o Relatório Preliminar de Magude existiam cerca de 21.161 cabeças. Portanto, este distrito possui o maior número de cabeças de gado a nível da província de Maputo com cerca de 29%¹⁶.

Depois de 1992, o número de gado bovino existente na região não era significativo, em virtude do conflito armado que dizimou a maior parte da população bovina. Esta questão justifica-se também pelo facto de haver grande número de charruas abandonadas e enferrujadas em diversas residências da região¹⁷.

No entanto, a história desta região mostra claramente que o fomento pecuário e o uso da tracção animal, uma das actividades básicas da região foram inicialmente introduzidos por migrantes¹⁸.

¹⁴ Adam, 1996: 43; PDSAPM, 2005: 9.

¹⁵ Adam & Coimbra, 1996: 34.

¹⁶ PDSAPM, 2005: 15.

¹⁷ Chilundo, 1998: 29.

¹⁸ Ver o Manghezi, A. "A Estratégia de Sobrevivência Contra a Fome no Sul de Moçambique". In: *Estudos Moçambicanos* Nº 4. Maputo: CEA, 1983. P. 27; CEA, 1998: 105.

Com efeito, esta prática assegurou a produtividade do distrito em anos de chuva regular, para além de contribuir para a aquisição de rendimentos com a venda, aluguer das juntas de bois e charruas para a abertura de machambas e também como meios de transporte¹⁹.

Sendo assim, este aspecto explica quanto é importante o rendimento do mineiro para o melhoramento das condições de vida do sector familiar e da comunidade.

A partir de 1987, muitos trabalhadores têm perdido os seus contratos de trabalho na indústria mineira, em virtude de questões relacionadas com o aumento do custo de produção e a depreciação do ouro no mercado internacional e o restabelecimento da cláusula da internalização em 2003²⁰.

Face a esta conjuntura, em que medida os factores atrás referidos influem na capacidade do mineiro assegurar a sustentabilidade da sua família? Qual é a participação do Estado na criação de mecanismos de ajuda ao mineiro para a capitalização dos seus rendimentos, de modo a manter a segurança alimentar quando perde o seu contrato?

1.7. Metodologia

Na elaboração deste trabalho, para além do método histórico, foi aplicado um modelo de análise baseado nas diversas técnicas vigentes nas ciências sociais, com incidência ao método qualitativo.

Portanto, a nossa base de orientação metodológica partiu dos pressupostos conceptuais do método científico lançado por diversos estudiosos com destaque para Silva, que defende que a metodologia científica, “é o conjunto de processos ou operações mentais que se

¹⁹ É de recordar que o gado bovino também foi usado como meio de pagamento de lobolo.

²⁰ Davies, & Head, 1994: 3-5; Notícias: “Falta De Acordos Perpetua Greves Nas Minas”. Maputo, 13/08/2005. nº 26380.

devem empregar na investigação, é a linha de orientação adoptada no processo de pesquisa²¹”.

Ainda no mesmo diapasão afirma que, “não há apenas uma maneira de raciocínio capaz de dar conta do complexo mundo das investigações científicas”; o ideal seria empregar métodos, e não um método particular, que ampliem as possibilidades de análise e obtenção de respostas para o problema proposto na pesquisa²².

A nossa pesquisa teve como base de orientação metodológica a pesquisa bibliográfica e documental feita em diversas bibliotecas e Centros de Documentação, nomeadamente o NET, NETRA, AHM, CEA, LINK das ONG's, CEP, BFLCS e na Administração Distrital de Magude.

Nestes locais, foi feita a recolha de informações relacionadas com o tema, em documentação diversificada de entre ela, artigos, relatórios publicados e não publicados, monografias, teses, revistas, jornais e mapas, incluindo a literatura colonial.

O objectivo desta primeira fase da pesquisa foi de recolher o máximo possível das informações e teorias existentes sobre o trabalho migratório em geral e colher informações específicas ligadas ao distrito e ao Posto Administrativo de Mapulanguene de modo a perceber o legado histórico do universo de estudo.

Na segunda fase da pesquisa foi realizado o trabalho de campo que consistiu nas entrevistas semi-estruturadas, histórias de vida e a observação participante. No entanto, os nossos instrumentos de pesquisa tinham como grupo alvo os agregados familiares dos mineiros no activo, as autoridades administrativas (Administrador, Chefe do Posto,

²¹ Silva, Edna L. da e Meneses, Estera M. Metodologia de Pesquisa e Elaboração de Dissertação 3 Ed. Florianópolis: 2001. P. 24

²² Idem, P. 28.

Presidente da Localidade, Secretário do Bairro, Líderes Comunitários e Chefes de Quarteirão).

A entrevista aos agregados familiares tinha por objectivo avaliar a assistência feita pelos mineiros às suas famílias, o aproveitamento que o agregado faz com as remessas do mineiro²³. Com as autoridades administrativas esperávamos colher informações sobre o nível de relacionamento existente entre elas e os mineiros, a visão das autoridades em relação ao trabalho migratório na comunidade e até que ponto esta prática era importante para o desenvolvimento local.

As histórias de vida estavam viradas a mineiros reformados de modo a colher experiências vivas de todo o processo do trabalho migratório, avaliar até que ponto conseguiram capitalizar o seu ordenado enquanto trabalhadores das minas e as suas opiniões em relação à dinâmica actual.

Por conseguinte, de 27 de Julho a 1 de Agosto, foram feitas entrevistas a um universo de 27 pessoas, donde temos seis (6) entrevistas semi-estruturadas à agregados familiares e às estruturas locais e vinte uma (21) histórias de vida nos bairros periféricos do Posto Administrativo de Mapulanguene, com o acompanhamento permanente do guia.

Tendo em conta que o meu grupo alvo maioritariamente não tinha instrução académica tive que usar a língua local *changana* como meio de comunicação.

No terreno foram encontrados vários constrangimentos, por um lado, ligados à incompatibilidade de tempo por parte das autoridades locais que neste período se encontravam empenhados nos preparativos do 9º Congresso da Frelimo. Por outro lado, a

²³ No tocante ao aproveitamento inclui-se a assistência social, investimentos e negócios que o agregado faz com o rendimento do mineiro.

existência de poucos agregados familiares de mineiros no activo, a distribuição irregular das residências que distam entre elas cerca de meio quilómetro ou mais.

Para ultrapassar estes impasses o meu guia aconselhou-me a reunir as pessoas num único ponto para realizar as entrevistas em grupo, contudo, esta situação era inconveniente porque tinha como objectivo fazer o *check-list* nas residências dos mineiros e também evitar influências no discurso, por isso poucas vezes aderi a este método.

Sendo assim, o instrumento de pesquisa mais usado foi a história de vida, dum lado, de modo a colher um quadro lógico da dinâmica do trabalho migratório, variações de salário, frequência do envio de remessas e a sua capitalização na família do emigrante, até ao fim da sua carreira, doutro lado, em virtude da fraca afluência de mineiros no activo.

Portanto, em algumas situações fui conotado como se o meu trabalho tivesse fins humanitários, tendo em conta que a maior parte destes mineiros perderam muito dinheiro na RSA e precisam de ajuda de quem é de direito para reavê-lo. Deste modo fui obrigado a tecer constantes explicações aos meus entrevistados de modo a perceberem melhor os objectivos do trabalho.

1.8. Quadro Teórico

Para facilitar a compreensão do presente trabalho interessa-nos definir os principais conceitos ligados ao tema em estudo. Iniciaremos por definir o conceito **sector familiar**: Cardoso (1993), define o **sector familiar** como sendo, “um conjunto de unidades económicas utilizando essencialmente o trabalho familiar na produção fazendo parte de

sistemas económicos mais vastos e parcialmente integrados em mercados que tendem a funcionar com um elevado grau de imperfeição²⁴.

Nesta asserção o autor alega que esta definição permite incluir para além de actividades agrícolas, outras categorias de produtores familiares, tal como é o caso de criadores de gado, artesãos, pescadores e em particular para o nosso caso de estudo, o mineiro, etc., não se restringindo pois o conjunto de camponeses, embora estes sejam a sua componente maioritária²⁵.

Esta definição de Cardoso (1993), permite-nos perceber que as outras categorias de produtores continuam parcialmente integrados no sector familiar, desempenhando actividade agrícola fora do horário laboral normal ou apenas contribuindo uma parte do ano. Contudo, os mecanismos de funcionamento do sector familiar são bem tratados por Negrão (2001), quando debruça-se sobre o comportamento económico da família rural.

No mesmo diapasão, Negrão (2001), analisando a essência da dinâmica do comportamento económico da família²⁶ rural, afirma que “deve juntar-se o consumo e a produção, as actividades agrícolas e não agrícolas como não sendo plenamente substituíveis uma por outra, e com as fontes de rendimento em dinheiro e em espécie como parte do mesmo orçamento familiar”²⁷.

²⁴ Cardoso, Fernando Jorge. *Gestão E Desenvolvimento Rural: Moçambique No Contexto Da África Sub-Sahariana*. Lisboa: Fim do Século, 1993. P. 41

²⁵ Cardoso, 1993: 41

²⁶ No nosso trabalho usamos o conceito família, no sentido da família alargada, nuclear, rural ou urbana. E no caso concreto da nossa região em estudo a componente família rural se adequa muito bem, pois mesmo as famílias residentes na vila sede estão directamente relacionados com a actividade agrícola e a criação de gado, isto é tem como base de subsistência a terra, o gado e o salário.

²⁷ Negrão, J. *Cem Anos Da Economia Familiar Rural Africana*. Maputo: Promédia, 2001. P. 269

Mais ainda, “os resultados que provém da adjudicação do tempo de trabalho dos membros da família também podem ser gratificações ou salários recebidos, de regiões rurais ou de centros urbanos na forma de remessas de dinheiro²⁸”.

Negrão (2001) aponta ainda que, existem duas formas de rendimento que se complementam uma à outra no orçamento da família, o rendimento em espécie e o rendimento em dinheiro²⁹”.

Segundo Negrão, depois do consumo o rendimento é distribuído entre adicionadores e multiplicadores, ambos através da variável em espécie e em dinheiro. O capital para multiplicar o rendimento em dinheiro pode ser investido em agricultura (tratores, fertilizantes, pesticidas) ou em não agricultura (camiões, mercadorias, pequena indústria³⁰).

No que tange ao conceito **Economia Familiar**, é visto como “uma forma de produção que tem por base a utilização da mão-de-obra no âmbito da própria família. A principal preocupação dessa forma de produção é a auto-sustentação familiar e, apenas a parte excedente da Produção, é disponível para a comercialização e viabilização da aquisição de outros bens necessários à família, mas que são produzidos fora da matriz familiar³¹”.

Por conseguinte, os produtos adquiridos são de extrema importância para assegurar a reprodução social.

Segundo o autor deste artigo, actualmente a economia familiar é vista como um empreendimento com duas características principais: *gestão* ou *administração familiar* e

²⁸ Negrão, 2001:270/1

²⁹ Idem: 274

³⁰ Idem: 278

³¹ <http://www.moc.org.br/artigos/23-05-2007>

trabalho basicamente familiar. Sendo assim, trata-se de uma unidade de produção, de consumo e de reprodução social³².

Outro conceito que nos interessa vincar é a **Segurança Alimentar**, segundo a definição da FAO (1996), citada por Do Rosário (1999), é “a disponibilidade e o acesso a todas as pessoas a todo o momento a alimentação suficiente para uma vida activa e saudável”.

Portanto, esta definição pressupõe três elementos fundamentais que são: a “oferta efectiva, procura efectiva e a fiabilidade de ambos³³”.

No entanto, a insegurança alimentar pode ser o resultado da falta da disponibilidade e acesso alimentar. Macuacua (2003), define a **Segurança Alimentar** na mesma perspectiva, mas salienta que a estratégia da segurança alimentar, circunscreve-se na:

implementação de medidas que assegurem o aumento e a estabilização dos recursos da família através do aumento da produção, diversificação das culturas de subsistência, aumento e diversificação das oportunidades de geração de rendimentos através de actividades agrárias e não agrárias, melhoramento dos conhecimentos tecnológicos de produção e conservação de alimentos³⁴.

Mosca e Delgado (1994), em relação a este assunto, concluem que para países como Moçambique,

a segurança alimentar passa por alcançar graus importantes de auto-suficiência alimentar a nível local. Para isso as políticas económicas devem dar prioridade as medidas destinadas a incentivar as economias de pequena escala e aumentar o emprego e a capacidade aquisitiva da maioria da população³⁵.

Achamos também pertinente para o tema em estudo o **desenvolvimento da comunidade**.

Na nossa asserção o desenvolvimento da comunidade é a iniciativa que os membros da comunidade têm para melhorar as suas condições de vida e de outros membros da comunidade, através da comunhão e circulação dos factores de produção e de outros

³² Idem.

³³ Do Rosário, C. A. *Produção De Cereais E O Crescimento Da População De Moçambique*. Maputo: (S. Ed.), 1999. P. 19

³⁴ Macuacua, A. A. “Que Estratégias Para A Redução Da Pobreza Em Moçambique”? Conferência Constitutiva da OSSREA. Maputo, 2-3 de Dezembro de 2003. P. 2

bens. Nesta nossa asserção falta a mão do governo ou de entidades não governamentais para melhor organizá-los, com vista a contribuir naquilo que são os objectivos de desenvolvimento económico nacional.

Para sustentar esta posição iremos recorrer à discussão de Negrão sobre o comportamento económico da família rural que afirma o seguinte: Uma das características da família rural africana é a sobreposição das redes sociais. Sendo assim,

a família nuclear é cruzada pela linhagem de um outro clã através do casamento, o que implica que a "casa", é também síntese de aliança entre duas ou mais linhagens preservadas por uma infinidade de arranjos institucionais, com vista a reprodução partilha de riscos, poupanças e incentivos. Como tal o comportamento económico da família rural não pode ser isolado do desempenho económico da comunidade a que pertence³⁶.

No entanto, o **desenvolvimento comunitário** pressupõe a organização da população, com vista à tomada de consciência sobre os seus problemas quotidianos. Nesta perspectiva define-se o desenvolvimento da comunidade como, "o processo através do qual os esforços do próprio povo se unem aos das autoridades governamentais, com o fim de melhorar as condições económicas, sociais e culturais das comunidades, integrar essas comunidades na vida nacional e capacitá-las a contribuir plenamente para o progresso do país³⁷".

1.9. Recensão Bibliográfica

A recensão bibliográfica foi elaborada com o objectivo de trazer teorias preconcebidas sobre a avaliação da dinâmica do trabalho migratório e a sua contribuição na economia familiar.

³⁵ Mosca, J e Delgado, F. C. "Ajustamento Estrutural E Segurança Alimentar: O Caso De Moçambique". In: EXTRAS Nº 15, Maio/Agosto, 1994.

³⁶ Negrão, 2001: 269

³⁷ CBCISS. *Teorização do serviço Social*. São Paulo: Agir, 1986

Existem vários estudos e teorias mais recentes que fazem uma abordagem geral ou específica, que de certa forma, nos ajudam a perceber o quanto esta actividade é fundamental, sobretudo nas zonas rurais onde dá um contributo importante em remessas em dinheiro e insumos agrícolas tendo em conta que o emprego é quase inexistente.

Davies & Head (1997), na sua análise sobre o trabalho migratório, dividem os acontecimentos que iniciam em 1970, em dois períodos distintos: o primeiro vai de 1970 a 1985, este é caracterizado pela internalização da mão-de-obra. No entanto, a Câmara das Minas neste período tenta ser auto-suficiente em termos de mão-de-obra interna e reduz progressivamente a mão-de-obra estrangeira, afirmam ainda que nesta fase a Câmara das Minas tentou racionalizar a mão-de-obra reduzindo os custos com a introdução do trabalho sob contrato e a redução do período de férias. Por conseguinte, a segunda fase inicia em 1987 e caracteriza-se pela recessão da indústria mineira e a redução dos postos de trabalho³⁸.

Head (1994), observa que um dos factores que contribuiu para a não contratação de noviços, foi a redução dos custos de produção, tendo em conta que com a introdução de novas tecnologias a contratação dos novos trabalhadores acarretaria custos na aprendizagem. A mesma autora sustenta que, a redução da contratação de novos trabalhadores criou uma tremenda crise nas zonas rurais em Moçambique, pois desde cedo a agricultura era complementada pelo trabalho migratório, não obstante, calhou numa altura em que a economia de Moçambique estava em crise, influenciada pela fuga da mão-de-obra qualificada, seca, cheias e pelo conflito armado. A indústria e as agro-

³⁸ Davies & Head, 1994: 2

industriais encontravam-se na bancarrota e eram incapazes de absorver o excedente de trabalhadores das minas³⁹.

Covane (2001), refere que o júbilo da independência de Moçambique em 1975 contribuiu para que o Governo de Transição levantasse críticas contra a continuidade do trabalho migratório, alegando que era a continuação da exploração da mão-de-obra pelo capitalismo. Todavia, mais cedo do que se previa, o Governo convenceu-se de que o trabalho migratório era uma fonte importante de aquisição de rendimentos para as famílias rurais do sul de Moçambique e de divisas para o Estado moçambicano⁴⁰.

Este autor refere ainda que a realidade do país em termos de desenvolvimento económico, afectado pelo fraco nível de desenvolvimento agrícola, falta de recursos humanos qualificados para garantir a continuidade da produção industrial, fez com que o Governo não conseguisse implementar o seu plano de empregar um grande número de mão-de-obra com vista a reduzir o fluxo de emigrantes para a África do Sul.

Uma das grandes obras do governo para a redução da mão-de-obra migrante foi o III Congresso da Frelimo (1977), a este respeito, Abrahamsson & Nilsson (1994), consideram que o governo de transição achava que a agricultura mecanizada seria a base para a integração dos mineiros regressados da África do Sul, tomando-se em consideração os seus conhecimentos técnicos⁴¹.

Em relação a esta questão a comunicação social da altura, já criava um certo optimismo em relação ao sucesso e a implementação dos planos traçados pelo congresso de 1977. A Revista Tempo (Março de 1980) publicou o seguinte:

³⁹ Head, 1994: 1-3

⁴⁰ Covane, 2001: 244-245

⁴¹ Abrahamsson, Hans & Nilsson Anders. *Moçambique Em Transição: Um Estudo Da História De Desenvolvimento Durante O Período 1974-1992*. Maputo: CEE/ISRI, 1994. P. 32

A criação de aldeias comunais, cooperativas agrícolas e machambas estatais obriga ao aparecimento de novos postos de trabalho artesanal e oficial. Existem imensas magaízas semi-especializados (ajudantes de electricista, ajudantes de mecânico e condutores de máquinas pesadas que podem ser facilmente integrados nestes locais de produção⁴².

As questões aludidas por esta literatura induzem-nos a uma série de inquietações: *Até que ponto o governo moçambicano tinha condições de acolher essa mão-de-obra se a indústria nacional estava numa situação desastrosa? Em que medida conseguiria concretizar os planos de mecanização se as suas fontes de divisas estavam cada vez mais a reduzir?*

Covane (2001) considera que o Governo de Transição assim como o seu predecessor, não tinham capacidades de absorver um grande número de mão-de-obra, pior ainda devido a situação catastrófica da economia do país.

É preciso realçar que a redução do recrutamento de mineiros e das exportações criou um défice para a aquisição de divisas aliado também à revogação da cláusula de ouro em 1978. Esta questão é bem desenvolvida por DeVletter (1998), portanto é salutar referir que o Estado arrecadava cerca de 30% das divisas totais drenadas no país⁴³.

Para Covane (2001), a “cláusula de ouro” possibilitava ao Estado arrecadar o pagamento diferido em ouro numa base fixa convencionado com o Governo português desde 1964. Assim, com a sua denúncia o pagamento diferido passou a ser efectuado em moeda convertível (Rand).

Na mesma abordagem desenvolvida por Abrahamsson & Nilsson (1994), fazem também menção para a diminuição do uso do porto e das linhas ferroviárias pelos sul-africanos como tendo contribuído para a diminuição de divisas no país.

⁴² Tomé, Bartolomeu et al. “Magaíza O Melhor Apoio À Chegada”, in *Revista Tempo*, 492. 16 de Março de 1980. P. 30-31

⁴³ De Vletter, F. *Sons of Mozambique: Mozambique Miners and Post Apartheid South Africa*. Cape Town: Southern Africa Migration Project, 1998. P. 37

Embora CEA (1978), se debruce sobre os problemas de desemprego na cidade de Maputo, levanta aqui uma questão pouco desenvolvida por muitos autores quando fazem alusão ao trabalho migratório. Com efeito, afirma que a quebra no recrutamento da mão-de-obra moçambicana para a indústria mineira sul-africana criou uma crise de desemprego no meio rural.

Consequentemente, houve um fluxo de jovens excedentários ávidos em ir para as minas que tiveram como saída o êxodo rural, que até certo ponto promoveu o mercado informal e a desintegração do campesinato no Sul de Moçambique. Reitera que a crise do emprego no meio rural, não foi criado só pela redução do número de contratados para as minas, mas também pelo abandono dos colonos agricultores.

Afirma ainda que cerca de 30% dos indivíduos que procuraram emprego com uma certa experiência de trabalho, eram antigos mineiros que não tinham conseguido o bônus válido⁴⁴.

Na mesma perspectiva de análise De Vletter (1994), considera que os jovens das zonas rurais, devido a sua característica de semi-proletariado, almejavam emigrar a todo custo no sentido de conseguirem amealhar rendimentos monetários. Sendo assim, pautaram pela emigração clandestina para a África do Sul, que ganhou ímpeto após a independência, acrescido pelas calamidades naturais e pelo conflito armado⁴⁵.

Numa abordagem semelhante De Vletter (2000), observou que quem se beneficiava mais desta mão-de-obra eram os farmeiros sul-africanos. No entanto, os emigrantes ilegais eram sujeitos a salários muito baixos sob pretexto de serem denunciados em casos de

⁴⁴ CEA. *Relatório Provisório Sobre O Desemprego No Maputo*. Maputo: IICM, 1978. P. 12-14.

⁴⁵ De Vletter, 1994: 10

reclamações. Não obstante, os farmeiros sul-africanos denunciavam os emigrantes ilegais à polícia nas vésperas do pagamento do salário de modo a evitarem a sua remuneração⁴⁶.

De Vletter (1994), alega que após a guerra civil anualmente eram deportados 50 mil emigrantes clandestinos⁴⁷. Davies & Head (1997), na sua análise consideram que este processo continua até à actualidade face a redução dos postos de trabalho na África do Sul e doutro lado é motivado pelos problemas económicos e a falta de alternativas de emprego no país. Acrescentam ainda que os emigrantes legais constituíam cerca de 2% de todos moçambicanos residentes na África do Sul⁴⁸.

O Governo moçambicano ciente da falta de alternativas de emprego no país envidou esforços para negociações diplomáticas com a África do Sul como mostram os estudos de James (1992) e Covane (2001). Segundo James (1992), na década de 1980 o Ministro moçambicano de trabalho, através do seu representante laboral na África do Sul, envidou esforços para negociar o recrutamento na base dos antigos moldes coloniais estipulados em 100 mil trabalhadores, mas não surtiu os efeitos desejados⁴⁹.

Por seu turno Covane (2001), alega que os esforços foram extensivos a nível presidencial, onde o presidente da República (Samora Machel), chegou a apelar o Governo sul-africano a recrutar a mão-de-obra moçambicana. Esta problemática foi alvo de negociações durante os acordos de Inkomati (1984⁵⁰), mas também não surtiu os efeitos desejados. Na análise de Davies (1990), as acções sul-africanas inserem-se nos actos de desestabilização do regime do apartheid, mediante a estratégia de governação desenhada

⁴⁶ De Vletter, F. "Labour Migration to South Africa: The Lifeblood for Southern Mozambique". In: McDonald, David A. *On Borders Perspection on International Migration in Southern Africa*. Kingston, 2000. P. 51

⁴⁷ De Vletter, 1994: 11

⁴⁸ Davies & Head, 1994: 3-10

⁴⁹ James, 1992: 6

⁵⁰ Acordo de boa vizinhança e de não agressão entre os dois países.

por Botha, “estratégia total”. Esta política ganhou ímpeto quando em 1986, o Governo sul-africano decretou a declaração unilateral para o repatriamento de todos os mineiros moçambicanos findo os seus contratos⁵¹.

Covane (2001), debruçando-se sobre o assunto, alega que este facto não veio a consumar-se porque havia um paradoxo entre os interesses económicos da Câmara das Minas e os objectivos políticos do Governo sul-africano⁵².

Os artigos de Siteo (2001) e Castelo-Branco (1994), tentam debruçar-se sobre as directivas económicas adoptadas pelo Governo a partir do IV Congresso da Frelimo face à crise económica, à estiagem e as devastações do conflito armado e as implicações sociais que dela advieram.

Para Castelo-Branco (1994), a partir de 1983, o Governo alterou os centros de acumulação, isto é, os recursos foram transferidos do sector estatal para o sector privado nacional e estrangeiro. Portanto, o apoio estatal passa a concentrar-se agora no sector privado. Em 1985, o país aderiu ao sistema do Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional e instituiu a liberalização do mercado⁵³.

Por conseguinte, como forma de reforçar o sector privado e reformular a política de preços, o Governo instituiu o programa de reajustamento estrutural em 1987. No entanto, este autor considera que esta nova viragem não foi favorável para a sociedade moçambicana tendo em conta que foram subvalorizados aspectos inerentes a redução de oportunidades de emprego, a perda de mercados externos, a drástica redução do número de mineiros na África do Sul assim como a perda dos mercados para produtos agrícolas

⁵¹ Davies, R. “Algumas Implicações Dos Possíveis Cenários Pós Apartheid Para A Região Da África Austral”. In: *Estudos Moçambicanos* nº 8. Maputo: UEM/CEA, 1990. pp. 149.

⁵² Covane, 2001: 252-253

dentro da economia moçambicana. Com efeito, conduziram o campesinato a um estado de falência sem acesso a fontes de rendimentos monetários para a aquisição de insumos e factores de produção. Esta situação agravou-se com a desvalorização da moeda nacional e a dependência pelas importações, e deste modo conduziu a indústria nacional à falência. O sector familiar por seu turno passou por vários constrangimentos com a expansão do sector agrário capitalista em virtude da constante expropriação das suas terras e os constantes donativos, fizeram baixar os preços de venda dos seus produtos em relação ao custo de produção.

Sitoe (2001), no mesmo diapasão, observa que um dos principais aspectos da implementação da economia de reabilitação económica foi a fragmentação da situação social, tal como o aumento do desemprego e da pobreza, facto que levou o país à dependência dos donativos internacionais. Esta situação não alterou, mesmo com o benefício que a economia moçambicana obteve em termos de mega-projectos, tais como, o Pipeline de gás natural Temane-Secunda, Mozal e o corredor de desenvolvimento Maputo-Witbank, não chegaram a satisfazer a demanda do emprego em Moçambique, mesmo apenas considerando a população urbana⁵⁴.

CEA (1998) e Covane (2001), alegam que o salário das minas possibilitava aos mineiros a aquisição dos factores de produção tais como charruas e juntas de bois.

Em relação a este aspecto é preciso considerar que nem todos que iam às minas conseguiam um salário que lhes permitisse a aquisição desses bens, como alude Hermele.

⁵³ Castelo-Branco, C. N.(Org.). *Moçambique: Perspectivas Económicas*. Maputo: UEM/ Fundação Fridrich Ebert, 1994. P. 65-68

⁵⁴ Sitoe, E. "Labour Markets and Migration in Mozambique". In: Matlosa, K. (Ed.). *Migration and Development in Southern Africa: Policy Reflections* Harare: SAPES Trust, 2001. P. 283-286

Hermele (1986), quando analisa o trabalho migratório, refere que distorceu a divisão sexual de trabalho, absorvendo a mão-de-obra masculina e empobrecendo a agricultura moçambicana. Nesta perspectiva, Manghezi (1983), observa que a presença masculina era fundamental para o arroteamento das terras o que facilitava a rotação das culturas, com efeito, as terras reduziram a sua produtividade devido a pressão sobre elas. Sendo assim, o campesinato ficou cada vez mais dependente do salário do migrante⁵⁵.

Hermele (1986) admite que os salários dos migrantes foram fundamentais em períodos de calamidades naturais. Segundo esta autora, o salário dos migrantes possibilitou o crescimento das forças produtivas no campo, mas este facto só observou-se no campesinato que já estava num certo estágio social, portanto, nem todos emigrantes conseguiram tornar o seu salário como base de acumulação, o campesinato pobre dependia exclusivamente do salário do migrante para a sua subsistência, não obstante, alguns conseguiram transformar o seu salário num capital produtivo (gado, charruas e mais tarde tractores, motobombas e outros meios de produção)⁵⁶.

Os estudos de Manghezi (1983) e Covane (2001) aludem melhor a questão da diferenciação social. Defendem que a nova dinâmica que se observou após a independência (com o aumento dos salários e a redução da contratação de noviços, incrementou a diferenciação social com o aparecimento de camponeses ricos, médios e pobres. Contudo, a avaliação de Machava (2003), no seu estudo sobre Matutuíne, mostra que a diferenciação tem a ver com a forma como cada migrante capitalizava o seu

⁵⁵ Esta questão é discutível porque alguns autores como o Negrão (2001) e Macuacua (2003), nos seus estudos reiteram que a divisão sexual do trabalho sempre relegou a mulher a actividades produtivas e o homem na conjuntura actual procura trabalho assalariado nos centros urbano. Contudo mesmo com a presença de homens adultos em casa as mulheres é que mais praticam a agricultura.

⁵⁶ Hermele, K. "Lutas Contemporâneas Pela Terra No Vale Do Limpopo: Estudos De Caso Do Chókwe, Moçambique 1950-1985". In: *Estudos Moçambicanos* n.º 516. Maputo: CEA, 1986. pp. 55-56

rendimento e a sua aplicação nas actividades complementares e a participação directa do agregado familiar⁵⁷.

Capítulo II Enquadramento Geográfico e Sócio-Económico

2.1. Localização e Processo Formativo da Região

O Posto Administrativo de Mapulanguene situa-se a Nordeste do distrito de Magude, este que dista 150 km da cidade capital a Norte da cidade de Maputo⁵⁸, com ligação à EN1.

É limitado a Norte pelo distrito de Massingir, através do rio Mazimechopes, a Sul com o distrito de Moamba através do rio Massintonto, a Este com o Posto Administrativo de Mahel e a Oeste com a África do Sul na área ocupada pelo Parque Nacional de Skukuza⁵⁹.

Este Posto dista cerca de 115 km da sede distrital usando a via Mahel em terra batida e usando a via Panjane, cerca de 94 km também em terra batida⁶⁰ [Vide o mapa em anexo].

O actual distrito de Magude onde está inserido o Posto Administrativo de Mapulanguene é uma das regiões mais antigas com instituições administrativas, assim, constituía a 4ª circunscrição do Distrito de Lourenço Marques outorgado por António Eanes pela portaria nº 78-A de 7-12-1895⁶¹.

Faziam parte desta circunscrição neste período, a região de Chichuco, Chimbanza, actualmente o Posto de Xinavane, Banguine actual Guarrimbene, Angulene que passou pelo nome de Gonono, actual Colo ou Golo e Khossine actual Magude.

⁵⁷ Machava, A. J. "Migrações Transfronteiriças E Transformações Sociais Em Matutuine, 1970s-2000". Dissertação de Licenciatura, UEM, 2003. P. 38

⁵⁸ PDSAPM, 2005: 3-4

⁵⁹ Administração Distrital de Magude. Perfil Distrital de Magude, 2006. P.4

⁶⁰ PDSAPM, 2005: 10

⁶¹ AHM-ISANI, Inspeção Ordinária à Administração da Circunscrição de Magude: 3, Cx10

Portanto, outrora este distrito teve a designação de Khossine ou “terras de Khossine”, no entanto, o mesmo diploma que designa esta Circunscrição abrangia a sua sede com a designação de Magudo, “tomado de um chefe Khossa que se sobrepôs ao nome da regedoria e encontramos em toda a legislação posterior alterada para a designação actual de Magude⁶²”.

Foi elevada à edilidade pelo artigo 2º do decreto de 9 de Outubro de 1912. A sua divisão administrativa foi submetida à reforma administrativa Ultramarina pelo decreto nº 24621 de 31 de Dezembro de 1934, artigo 2º, B.O. 48 que manteve esta Circunscrição ao distrito de Lourenço Marques. Antes era extensivo à Gaza, mas foi extinto pelo decreto-lei de 23 de Maio de 1907, pelos artigos 2º e 3º⁶³.

O Posto de Xinavane foi excluído desta circunscrição e anexado ao actual distrito da Manhiça. Por força de dois decretos, o primeiro é o nº 41842 de 8 de Setembro de 1958, substituída pelo nº 42142 de 11 de Fevereiro de 1959. No âmbito desta reforma apenas mantiveram-se nesta circunscrição os regulados de Chichuco e Guarrimbene na margem esquerda do rio Inkomáti⁶⁴.

Com o processo do fomento pecuário e populacional, foram retiradas as povoações Nungo da regedoria Masebocana que faziam parte do Posto sede situado à margem esquerda do rio Mazimechopes, pela portaria 13534 de 28 de Novembro de 1959. Deste modo esta Circunscrição ficou reduzida aos Postos da sede e de Mapulanguene ocupando uma área total de 6700 km².

O Posto Administrativo de Mapulanguene que é a área que pretendemos estudar, até 1922, situava-se na entrada para Macaene e Panjane, donde foi transferida nesta data com

⁶² AHM-ISANI: 4. Cx10

⁶³ Idem, pp.-4-5

o objectivo de aproximá-lo à água do rio Uanetze, herdando deste modo o nome do mesmo rio, que prevaleceu até à portaria nº 6202 de 17 de Novembro de 1945⁶⁵.

Este Posto actualmente encontra-se dividido em três localidades e um povoado, nomeadamente, Mapulanguene sede, Matsandzane, Mangondzo e povoado de Capitine que foi elevado à categoria de localidade à luz da lei 8/2003 que criou os órgãos locais de Estado⁶⁶.

2.2. Aspectos Demográficos

A ocupação do distrito de Magude foi feita pela primeira vez no âmbito da emigração Nguni pelos Khossas que se fixaram na margem direita do rio Mazimechopes próximo da sua foz no lago Chuáli no início do séc. XIX. A ocupação deste território foi feita com o objectivo de distribuição de novas terras aos filhos dos chefes perseguidos pelos Zulo.

Segundo o Relatório de Inspeção Ordinária à Circunscrição de Magude, os khossas fixaram-se nesta região antes da chegada de Manicusse por volta de 1775, tornaram-se vassallos deste a quando da sua emigração para o Norte em 1810⁶⁷.

O Khossa Magudzo aliando-se com Muzila e aos portugueses na guerra contra Mauéwe foi autorizado a sua fixação na colina de Magul-Bilene. Mais tarde transferiu a sua Corte para as terras do Khossine ou Khossene, onde actualmente está situada na sede distrital

⁶⁴ Idem, pp.5-6

⁶⁵ Idem, pp.48; AHM-INSANI, Cx871 –estes documentos alegam que o nome de Posto Uanetze foi fixado em 1928/29.

⁶⁶ Administração Distrital de Magude. Perfil distrital de Magude, 2006. pp.11

⁶⁷ AHM-ISANI, 1961, Cx10; Mas esta data não confere com o início da emigração Nguni para o Norte que teve o seu início em 1820/21, segundo a DH/UEM. *História de Moçambique*. Vol. I. Maputo: Tempo, 1982. pp.108-109.

de Magude. O Khossa Magudzo veio a perder a vida em 1874, deixando atrás uma vasta descendência e o seu nome passou a designar esta vasta região⁶⁸.

A maioria da população local é falante de changana⁶⁹.

Segundo Adam (1996), o censo de 1980, recenseou cerca de 104011 habitantes distribuídos por uma superfície de 6940 km², com uma densidade populacional de 10 a 15 hab/km²⁷⁰.

De acordo com o censo de 1997, a população do distrito é de 42788 habitantes com uma densidade de 6,4 hab/km². A projecção de crescimento populacional para 2002, 05 e 10 foi estimada em 33555, 29720 e 23772 habitantes respectivamente⁷¹. [vide a tabela e o Mapa].

O Posto Administrativo de Mapulanguene ocupa um universo de 37% da superfície total distrital, mas apenas é habitado por cerca de 902 habitantes, com uma densidade de 0,3 hab/km², a menor de todo o distrito, e a sua população em termos de proporção corresponde a 2% a nível distrital⁷².

Contudo, este facto deve-se à disposição do Posto Administrativo de Mapulanguene que faz fronteira com a RSA, embora esteja encerrada, muita gente opta em emigrar clandestinamente ou legalmente para trabalhar em diversas áreas de emprego que aquele país oferece, todavia com maior relevância nas minas e nas farmas⁷³.

⁶⁸ Idem, pp.8

⁶⁹ Idem, pp.9

⁷⁰ Adam, 1996: 35

⁷¹ PDSAPM,2005: 7; Perfil distrital, 2006: 10

⁷² Perfil distrital, 2006: 12; PDSAPM,2005: 7-9; Mazivila, N. R. "Análise das Estratégias de Segurança Alimentar e HIV/SIDA: Caso de Estudo Posto Administrativo de Magude-Sede", Dissertação de Licenciatura, UEM, 2005: 15

⁷³ Perfil distrital, 2006: 12

Outro factor a considerar em volta desta situação neste Posto é o conflito armado, que originou emigrantes forçados para a RSA, Suazilândia, alguns refugiaram-se para outros pontos do país tais como Magude sede, Chókwè, cidade de Maputo e Xai-Xai⁷⁴.

Por outro lado, há um receio por parte da população em regressar para as suas zonas de origem temendo as minas ou por não acreditar que o flagelo da guerra realmente acabou.

A falta de emprego neste Posto também influencia nas constantes movimentações dos homens activos para outras áreas à procura de melhores condições de vida⁷⁵.

2.3. Principais Actividades Económicas

No Posto Administrativo de Mapulanguene as pessoas têm-se dedicado à prática da agricultura e à criação do gado bovino, como actividades básicas. Outras actividades que geralmente tem ocupado a comunidade local são corte de Lenha, fabrico do carvão, a caça e a pesca⁷⁶.

Portanto, uma das culturas que tem assegurado a subsistência da comunidade é o milho, que para além de satisfazer as necessidades primárias, tais como o consumo, é usado como produto de troca para a aquisição de produtos de primeira necessidade, principalmente em épocas de bonança. Sendo assim, é trocado por produtos tais como: sal, açúcar, óleo, roupa, sabão, etc., ou mesmo em dinheiro a razão de 60 MT uma lata de 25 litros⁷⁷.

O emprego é escasso neste Posto, sendo a pecuária o forte de Mapulanguene, com efeito, existem criadores privados, embora não em número significativo, que têm dado emprego

⁷⁴ Adam, 1996: 37

⁷⁵ Idem, pp.37; Perfil distrital 2006: 12

⁷⁶ Entrevista com Duque (Chefe do Posto de Mapulanguene). 30. 07. 06

a um número reduzido de jovens como pastores⁷⁸. E um outro número reduzido de jovens tem conseguido emprego em pequenas lojas e barracas recebendo mais ou menos 600 MT⁷⁹.

Nomeadamente esses criadores são: João Ferreira, a Empresa Crioni, Madjequedjequene e Jerusalema. No entanto, o emprego disponibilizado pela actividade pecuária, não chega a ser significativo na redução do exército de desempregados que existem no Posto, pois contrata-se um número reduzido de trabalhadores. Os salários pagos por esses criadores aos pastores oscilam entre 800 a 900 MT⁸⁰.

Outrora o Posto Administrativo de Mapulanguene fora de destaque a nível da pecuária, todavia, a guerra veio dizimar um número considerável de gado bovino, mesmo assim a população não desistiu e com o fim da guerra, esta actividade ganhou uma nova inércia, agora assiste-se um crescimento desta actividade no sector familiar⁸¹.

Tendo em conta a proximidade da fronteira com a RSA a Oeste deste Posto, o trabalho migratório tem servido como uma das respostas primordiais para a crise do emprego que se verifica desde o tempo colonial até aos nossos dias. Com efeito, presume-se que a nível distrital cerca de 30 a 40% dos homens no activo trabalham na RSA⁸².

Mediante as dificuldades que resultaram depois da Independência Nacional em 1975, os rapazes tentam emigrar clandestinamente para a RSA via fronteira, algures com o Parque

⁷⁷ Entrevista com Duque, Mapulanguene. 30. 07.06; Informações colhidas da conversa informal com Adriano Maduvula Lamula (secretário e antigo mineiro). Mapulanguene. 29. 07. 06.

⁷⁸ Entrevista com Duque, Mapulanguene. 30. 07. 06.

⁷⁹ Entrevista com Pilate, Mapulanguene. 28. 07. 06.

⁸⁰ Entrevista com Malhaule, Mapulanguene. 27. 07. 06; Entrevista com Khossa, Mapulanguene. 28. 07. 06. Este alega que antes de ir à RSA trabalhava como pastor na empresa Crioni, onde recebia até 1982 o valor de 200 MTn; Entrevista com Alfredo Mundlhovo, Mapulanguene. 28. 07. 06. Este observou ainda que uma das oportunidades de emprego que este posto sempre teve é a pastorícia nos criadores privados, ele próprio trabalhou como pastor em 1947 a receber 20 escudos, num colono chamado Carvalho.

⁸¹ Entrevista com Duque, Mapulanguene. 30. 07. 06.

⁸² PDSAPM, 2005: 9; Perfil distrital, 2006: 12; Adam, 1996: 43

Nacional de Skukuza do lado sul-africano, correndo o risco de serem devorados pelos leões (*Tinghala/Nghala* na designação local), assim como referiu Wiliamo Macuvele: “Ainda vão para lá até agora, mas já não é como dantes porque os rapazes violam a fronteira e correm sérios riscos de serem devorados por *Tinghala*⁸³”.

Por outro lado, o drama do conflito armado que se viveu durante os 16 anos no país, afectou directamente esta comunidade, fez com que a maior parte das famílias emigrassem para a RSA, Massingir e vila de Magude. De acordo com o chefe do Posto:

(...)falando concretamente de Mapulanguene, o maior afluxo populacional está do lado de lá (Bush-RSA) porque aquando da guerra muita parte da comunidade fugiu para a vizinha África do Sul a procura de sítios mais seguros e daí alguns ganharam a sua vida lá e não voltam mais, não mais voltaram para aqui, mas alguns em número muito reduzido aparecem para ver como é que isto está porque nem todos acreditam que a guerra terminou eles sempre pensam nas dificuldades que outrora tiveram aquando do conflito armado e não se apercebem que a paz veio para ficar, então com a paz então já há possibilidades de se abrirem muitos empregos⁸⁴.

2.3. 1. Estratégias de Sobrevivência

As estratégias de sobrevivência são consideradas como mecanismos que garantem as condições de subsistência das famílias e têm como finalidade, reduzir os riscos de modo a suprir as necessidades alimentares no âmbito da crise. São particulares, individuais e dependem muito mais do período da crise⁸⁵.

Tendo em conta esta visão, Mapulanguene também tem tido as suas estratégias para garantir o auto-sustento familiar em períodos de estiagem e teve durante a economia de guerra. Conforme as condições climáticas, é uma zona típica de estiagem, onde predomina o clima tropical seco com uma baixa percentagem de humidade, o que tem condicionado a actividade agro-pecuária que constitui a base de subsistência⁸⁶.

⁸³ Entrevista com Wiliamo Macuvele, povoado de Capitine: 29 de Julho de 2006.

⁸⁴ Entrevista com o chefe do Posto Sidónio José Duque, Posto Sede de Mapulanguene: 30 de Julho de 2006.

⁸⁵ Malate, F. “O Contributo da Agricultura Camponesa na Garantia da Segurança Alimentar no Posto Administrativo da Manhica, 1994-2003”. Dissertação de Licenciatura em História, UEM, 2006. P. 23, citando Chavane, 2003: 16.

⁸⁶ Perfil Distrital, 2006: 7; PDSAPM, 2005: 5; AHM-INSANI, Cx 10

Face a este condicionalismo climatérico da região, quando há fome a comunidade tem recebido por vezes apoios do Governo. Algumas pessoas trabalham para outros (*ku phama* na designação local), e recebem em valores monetários diários ou recebem em bebidas alcoólicas⁸⁷. De acordo com Amosse Ngovene: “(...) quando há fome aqui, o Governo é que ajuda, alguns vão trabalhar para outros, *ku phama*, e recebem entre 20 a 50 MT por dia ou recebem em bebidas alcoólicas⁸⁸”.

Outras formas de sustentar a família são o corte de lenha e estacas, o fabrico do carvão para a venda, venda do gado, da palha e a caça que também tem sido uma das alternativas desta comunidade para melhorar a sua dieta alimentar⁸⁹. Assim afirmou Elimone Mosquene Mundlhovo: “Eu ajudo a minha família caçando qualquer coisa, uma parte para o consumo e outra para vender (...)”⁹⁶.

Quanto ao gado, é considerado como um dos mecanismos de poupança nesta comunidade, apenas é vendido em casos de fome e doenças⁹⁰. As bebidas alcoólicas embora sejam usadas como formas de pagamento são raras em períodos de crise porque a matéria-prima principal é o milho e não é fácil arranjar nesta época⁹¹.

Em épocas de bonança a actividade agrícola tem proporcionado negócios às famílias que conseguem excedente, por exemplo, nesta época houve boa produção do milho, mas

⁸⁷ Quanto aos rendimentos monetários são susceptíveis a mudanças face à conjuntura inflacionária local.

⁸⁸ Entrevista com Amosse Ngovene, Bairro sede de Mapulanguene, 27 de Julho de 2006.

⁸⁹ O carvão normalmente é vendido a 70 MTn, mas neste período em virtude do aumento da procura devido à crise do gás na cidade do Maputo, vendiam a cento e tal MTn.

⁹⁵ As vacas são vendidos de acordo com os seus tamanhos, assim variam de 5 a 7 mil MTn.

⁹⁶ Entrevista com Elimone Mosquene Mundlhovo, Mapulanguene, 28 de Julho de 2006; Entrevista com o chefe do posto Sidónio Duque, sede do posto de Mapulanguene, 30 de Julho de 2006.

Entrevista com António Massitela Malhaule, Bairro sede de Mapulanguene, 27 de Julho de 2006; “O gado é uma espécie de banco porque quando vendemos conseguimos cuidar da família. Nas décadas passadas era vendido a 50 mil meticais e agora vende-se a partir de 5 a 7 milhões de meticais.”

⁹¹ Entrevista com António Massitela Malhaule, Bairro sede de Mapulanguene, 27 de Julho de 2006; este afirmou ainda que quando há seca há muita procura para a abertura de furos e os que têm essa arte chegam a cobrar 800 MTn e alguns pedem apoio aos que trabalham em Maputo e Magude porque eles têm ido lá velar pela sua criação.

havia pouca procura em virtude da distância que separa este posto à vila sede de Magude, e a estrada está em condições precárias, o que de certa forma reduz a afluência dos compradores⁹².

Mesmo nas zonas baixas têm conseguido produzir hortícolas em quantidades suficientes para a venda, mas acabam apodrecendo por falta de transporte diário que facilitaria até certo ponto, o escoamento destes produtos. Assim como explicou Elimone Mosquene Mundlhovo:

(...)aqueles que fazem agricultura nas zonas baixas vendem couve, tomate, mas ninguém compra porque a estrada não ajuda, as pessoas não vem para cá, para termos compradores é preciso ir à vila sede, agora se abrissem a fronteira as coisas iam melhorar na zona⁹³.

O único meio de transporte que lá circula vai em dias alternados (faz uma viagem por dia), este factor tem inviabilizado as oportunidades de negócio que esta comunidade tem.

Em virtude do despoletar da guerra em Mapulanguene as populações tiveram que procurar formas de sobrevivência tendo em conta que já não era fácil praticar a actividade agro-pecuária. Sendo assim, dada a proximidade deste posto com a fronteira, as populações locais começaram a interagir com os sul africanos vendendo o *chicucutso* (tipo de lenha) em troca de produtos de primeira necessidade, pois a zona ficou isolada da sede distrital devido a ausência de circulação de carros, como aludiu Mundlhovo ao afirmar que, “Vendia-se *chicucutso* no tempo da guerra porque não tínhamos nada para a nossa sobrevivência, assim conseguíamos comprar sabão, açúcar, óleo, pois não haviam carros para ir a vila sede de Magude⁹⁴”.

⁹² Existe lá uma mercearia que tem comprador o milho das populares em troca de capulanas, tecidos e roupa.

⁹³ Entrevista com Elimone Mundlhovo, Bairro sede, 28 de Julho de 2006.

⁹⁴ Entrevista com Alfredo Manave Mundlhovo, Mapulanguene, 28 de Julho de 2006.

De acordo com os estudos de Chilundo (1997), até 1997 a venda de *chicucutso* ainda estava em voga e a razão da continuidade era a falta de infra-estruturas sociais tais como lojas para a aquisição de produtos de primeira necessidade e a falta de recursos monetários para matricular os seus filhos na escola⁹⁵.

Outras famílias para poderem dispor de dinheiro durante o período da guerra e da seca, concretamente em 1984, vendiam as suas crias, como galinhas e outras espécies para se sustentarem, só em casos extremos é que abatiam as vacas porque também eram afectadas pela seca, ficando deste modo sujeitos ao consumo de carne diário, embora com muitas dificuldades devido ao deflagrar da guerra⁹⁶.

2. 4. O Conflito Armado e as Transformações Socio-Económicas na Comunidade de Emigrantes 1983-1992

O conflito armado que eclodiu em Moçambique logo após a independência nacional resultante a nível internacional, da oposição à ideologia socialista no âmbito da guerra fria liderado pelo regime do apartheid, e a nível interno como réplica ao sistema político e às políticas agrárias, desestabilizou por completo o panorama económico e social da comunidade de Mapulanguene.

O Posto Administrativo de Mapulanguene é um dos que mais sofreu os ataques perpetrados pela Renamo a nível distrital⁹⁷. O primeiro ataque contra este Posto foi efectuado em Outubro de 1983, dirigido ao posto de controlo, onde foram mortas duas pessoas⁹⁸.

⁹⁵ Chilundo, 1997: 32.

⁹⁶ Entrevista com Salva Khossa, Mapulanguene, 28 de Julho de 2006.

⁹⁷ Adam, 1996: 37

⁹⁸ Entrevista com um agente policial. Mapulanguene, 1. 08. 2006.

A partir desta data eclodiu uma onda de ataques periódicos a nível das povoações e perseguições contra os invasores. Contudo, a 21 de Janeiro de 1984, o posto foi assaltado e ocupado pelas forças da Renamo, mas logo depois foi socorrido pela defesa antiaérea⁹⁹.

A guerra intensificou mais em 1985, as bases militares que infligiam esses ataques foram as de Honuane e a de Ngungue¹⁰⁰. Os ataques para a tomada do Posto Administrativo de Mapulanguene intensificaram mais em 1987, até que a 7 de Abril de 1988 ocuparam definitivamente o Posto, provocando o abandono total da população¹⁰¹.

Mediante a situação catastrófica deste período a população ficou praticamente isolada da sede distrital em virtude da falta de circulação dos transportes. No entanto, a maior parte dela refugiou-se para os campos de refugiados de Gazankulo, vulgo "Bush", alguns regressaram via Ressano Garcia e fixaram-se em Maputo e Magude e outros ainda foram fixar-se em Massingir¹⁰².

Mapulanguene tem como base da sua riqueza a criação de gado bovino, todavia esse capital foi destruído pela guerra deixando a comunidade local na pobreza.

Em termos de perdas materiais resultantes da guerra, dos 27 entrevistados, 59% perderam em média 62 cabeças de gado bovino, 26% perderam gado caprino, correspondente a uma média de 33 cabritos. Outras perdas relevantes foram o gado ovino, suíno, lojas, casas, charruas, carroças, chapas de zinco, cimento e emprego porque os documentos foram queimados inviabilizando deste modo o seu regresso para a RSA¹⁰³.

Esta comunidade é tradicionalmente de emigrantes mesmo no âmbito da guerra continuavam a assistir os seus familiares com víveres, foi justamente neste período de

⁹⁹ Idem

¹⁰⁰ Adam (1996) cita nos seus estudos que as bases que faziam incursões nesta zona eram as de Matongomez e Ngungue; Entrevista com um agente policial. Mapulanguene, 1.08.2006.

¹⁰¹ Entrevista com um agente policial. Mapulanguene, 1.08.2006.

guerra e de calamidades naturais que o envio de alimentos foi intensificado pelos mineiros, assim como explicou a Lúcia Simone Mundjovo:

“(...) não comprava alimentos, os alimentos começou a enviar no período da guerra porque não havia como ir a machamba, embora poucas vezes esses alimentos chegavam a nós porque queimavam pelo caminho, e também depois da paz continuou a enviar alimentos¹⁰⁴”.

Sobre este aspecto Covane¹⁰⁵, no estudo feito em Inhamissa, afirma que os géneros alimentícios começaram a fazer parte integrante das remessas dos emigrantes logo após a independência como resultado do colapso da rede agrícola e do comércio rural sem deixar de lado a onda de calamidades naturais tais como a seca e as cheias.

É justamente neste périplo que começaram a surgir no país, a partir de 1985, empresas como a Premier International e mais tarde a Manica para oferecer serviços comerciais e de transporte de mercadorias dos mineiros moçambicanos. Mesmo com a intensificação dos ataques da Renamo, as remessas enviadas usando esta empresa não corriam nenhum risco de se perderem pois esta empresa estava assegurada¹⁰⁶.

O Posto Administrativo de Mapulanguene é o maior do distrito com cerca de 2.458 km², mas apenas tem uma densidade correspondente a 0,3 hab/km² e uma população que corresponde a 2% a nível distrital¹⁰⁷.

Este fenómeno justifica-se pela onda de ataques persistentes para a ocupação do Posto até 1988, que culminou com a emigração forçada das populações, maioritariamente para a

¹⁰² Entrevista com João Machava. Mapulanguene, 1.08.2006; Entrevista com Amosse Ngovene. Mapulanguene, 31.07.2006.

¹⁰³ É preciso realçar que todos estes bens perdidos tinham sido ganhos com o suor destas pessoas nas minas sul-africanas.

¹⁰⁴ Entrevista com Lúcia Simone Mundjovo. Mapulanguene Bairro 4 da sede, 31.07.06. Lubkemann, S. C. “Other Motives, Other Struggles: Gender Politics And The Shaping Of War Time Migration In Mozambique”. *Rethinking Refugee and Displacement*. Selected papers on refugees and immigrants, Volume VIII. P.348. Aborda sobre este aspecto para o caso de Machaze, afirmando que durante a Guerra, a actividade agrícola era impossível e também passou a haver dificuldades para fazer chegar esses mantimentos e foi necessário que os homens voltassem para o país e procurassem proteger as suas famílias ou mesmo levando-as consigo para os centros de refugiados.

¹⁰⁵ Covane, 2001: 250-251.

¹⁰⁶ Idem: p.251; De Vletter, 1994: 14.

RSA onde cerca de 92% dos entrevistados tem parentes que estão a residir definitivamente naquele país desde o conflito armado e muitos nem pensam em voltar conforme explica Fernando Mudaka: “(...)a minha família foi a África do Sul no tempo da guerra e quando a guerra terminou eles negaram voltar porque não queriam mais passar as dificuldades que passaram aqui¹⁰⁸”.

Segundo Adam¹⁰⁹, este Posto após a guerra levantou uma polémica administrativa entre a Renamo e a Frelimo pois ambos reclamavam a sua propriedade. Este facto ocorre porque durante a guerra esteve muito tempo nas mãos da Renamo. Esta questão constitui um dos factores limitantes para o regresso rápido das populações às suas zonas de origem pois a zona esteve fortemente minada, este problema também afectou a estrutura administrativa local que só reactivou as suas actividades em Julho de 1995.

Algumas dessas pessoas que se refugiaram na RSA foram repatriados via Ressano Garcia e alguns fixaram-se em Maputo. Os estudos de Naife (2002), embora um pouco generalizantes por não referenciar as origens exactas dos refugiados, mostram que o agravamento da guerra em 1987 deu origem a formação do “Bairro Magude” na zona da antiga lixeira no Bairro da Urbanização em Maputo¹¹⁰.

No fim do conflito armado algumas pessoas preferiram fixarem-se definitivamente na sede distrital de Magude, na cidade de Maputo e na África do Sul, outras passaram a possuir duas residências, mantendo uma ligação permanente com a sua terra de origem. No entanto, esta nova ordem social é vista pelos inquiridos, como resultante da intranquilidade e desconfiança do despoletar de novos cenários de guerra.

¹⁰⁷ Perfil distrital, 2006: 12; PDSAPM, 2005: 7-9; Mazivila, 2005: 15.

¹⁰⁸ Entrevista com Fernando Mudaka. Mapulanguene, 28.07.06

¹⁰⁹ Adam, 1996: 36.

Não obstante, este aspecto deve ser visto como resultante da ruptura da economia rural pelo incremento da guerra em Mapulanguene e a assimilação de novos hábitos sócio-económicos nas suas zonas de refúgio, a sua integração nos mercados de emprego e nos mercados informais.

Capítulo III Trabalho Migratório e Sua Contribuição na Economia Familiar e no Desenvolvimento da Comunidade em Mapulanguene, 1970-2003

3.1. Contexto Histórico

A região Sul do país, desde os finais do séc. XIX e início do séc. XX, foi moldada pela Administração portuguesa como reservatório da mão-de-obra barata¹¹¹ para as minas sul-africanas. No entanto, desde cedo a sua população viveu num sistema dicotómico devido a sua dependência pelo salário do emigrante e por outro lado da sua actividade agrícola sujeita a flutuações climáticas tais como cheias e secas prolongadas.

Foi dentro desta perspectiva que a população de Mapulanguene se desenvolveu.

A Oeste o Posto Administrativo de Mapulanguene faz fronteira com a África do Sul que dista cerca de 15 km¹¹² da sede havendo deste modo grandes laços consanguíneos, sócio-económicos e culturais com as populações do outro lado da fronteira¹¹³.

¹¹⁰ Naife, A. J de Deus. (2002): "Bairro Magude", surgimento fixação dos quarteirões 23-27 do Bairro de Urbanização (1988-2000)", (Tese de Licenciatura em História), Maputo: UEM, p.13.

¹¹¹ Segundo Harries, P. *Culture and Identity: Migrant Labours in Mozambique and South Africa, 1860-1910*.Johanesburg: Witwatersrand University press, 1994. p.22

Mão de obra barata considera-se o indivíduo que vive longe dos seus meios de produção ou indivíduos que viviam além fronteiras separados temporariamente dos seus meios de produção e da sua família, de preferência indivíduos sem noção de proletarização e do valor da sua força de trabalho, trabalhando sob regime de contrato.

¹¹² AHM-INSANI, 1961, Cx 10

¹¹³ Connor, Teresa K. Crooks, Commuters and Chiefs: Home and Belonging in Border Zone in Pafuri, Gaza Province, Mozambique. *Journal of Contemporary African Studies*, 21. 01. 2003. P. 93-94.

Segundo Connor¹¹⁴, o espaço físico que separa as duas nações passa a ser uma zona permeável, tendo em conta as relações sociais e culturais entre as populações da região. No entanto, as populações locais encontram um espaço para produzir as relações sociais, culturais e económicas que se adequam às condições espaciais da zona.

Estas, embora pré-existent, foram precipitadas pelo desenvolvimento das plantações e da indústria mineira desde os meados do séc. XIX, que aumentaram o fluxo migratório para a África do Sul. Alguns emigrantes apenas estiveram interessados pelas relações laborais com a África do Sul, mas outros fixaram residências naquele país passando deste modo a servirem para a comunidade de Mapulanguene de trampolim para a indústria mineira e às farmas sul-africanas.

Com a montagem do Estado Colonial, a Administração Colonial decretou a cobrança de impostos, trabalho forçado e a prática de culturas de rendimento que até certo ponto influenciaram os indivíduos a emigrar. O campesinato foi obrigado a integrar-se na economia monetária, tornando-se preponderante na produção de bens de rendimento e a emigrar como força de trabalho para as plantações e minas da RSA¹¹⁵.

A emigração passou a ser sinónimo de prestígio no seio da comunidade, pois um “homem de facto”, para poder firmar um bom casamento devia emigrar para a RSA¹¹⁶.

No entanto, estes aspectos não são por si só suficientes se não salientar a falta de um emprego condigno e um salário que permitisse satisfazer o sonho dos rapazes que almejavam casar, construir, comprar gado, charrua, roupa e assim contribuir para melhorar o bem estar da família, num círculo onde a única oportunidade de emprego era

¹¹⁴ Connor, 2003: 93-94

¹¹⁵ Fialho, J. Alguns Dados Sobre a Antropologia em Moçambique. In: *Trabalhos de Arqueologia e Antropologia* n.º2. Maputo: UEM, 1987. p.24-26.

apascentar o gado¹¹⁷. Assim como afirmou Aliosse Rafael Tivane: “Na altura um pai só dava gado para casar se você trabalhasse, caso contrário não dava nada, por isso eu queria ter as minhas próprias coisas¹¹⁸”.

A emigração na maior parte dos casos fazia-se legalmente através das estações da Wenela no Posto e na Sede Distrital, mas alguns optavam pela via *Zoekmekaar* entrando pela fronteira de Mapulanguene para se inscreverem na estação da Wenela do lado sul africano, incluindo os não aptos, que mesmo tendo reprovado nos testes de aptidão emigravam clandestinamente¹¹⁹.

O destino principal dos emigrantes de Mapulanguene eram as minas, mas os que não conseguiam contrato acabavam trabalhando no Parque de *Skukuza* ou iam às farmas, como alude Filimone Matombosana Lhongo: “Eu abandonei a pastorícia porque vi de que estava a perder tempo e podia já exercer uma profissão melhor e daí decidi ir a *Skukuza*. Depois saí para *Malalane* nas farmas onde recebia 6 rands.¹²⁰”.

3.2. Contexto Económico e Político de Moçambique 1970-1992

Este período constituiu a fase de reestruturação da economia nacional assente nos novos princípios de modernização (baseada na substituição da força humana pela introdução de máquinas no sector estatal) e socialização do campo definidos no III Congresso da Frelimo em 1977.

¹¹⁶ Júlio Augusto Pires. Relatório de inspecção ordinária aos Postos Administrativos do Distrito de Tete, 1945. Relatórios 191.

¹¹⁷ AHM-INSANI, 1961, CX 10; estes factores foram apontados também pelos meus entrevistados e a maior parte deles defende a aquisição do gado que na altura servia como meio de troca matrimonial.

¹¹⁸ Entrevista com Aliosse Rafael Tivane, Mapulanguene. 29.07.06.

¹¹⁹ AHM-INSANI, CX 10; As entrevistas com António Massitela Malhaule e Elmone Mosquene Mundlhovo também sustentam esta questão.

¹²⁰ Entrevista com Filimone Matombosana Lhongo, Mapulanguene. 29.07.06.

Foi na década 80 que a onda de secas, a desestabilização política e económica do regime do apartheid aliado à Renamo, veio piorar cada vez mais a crise económica que se estava a passar. A redução na venda de serviços ferro-portuários e da mão-de-obra veio reduzir a acumulação de divisas num momento em que o nível das importações estava em constante crescimento, pois a produção de bens alimentares tinha reduzido e as despesas militares aumentaram espontaneamente facto que criou um défice no orçamento geral do Estado¹²¹.

Por conseguinte, estes aspectos minaram a economia moçambicana tendo em conta que as receitas em moeda convertível diminuíram vertiginosamente¹²².

A política económica baseada nos novos princípios de modernização e na socialização do campo estimulou grosso modo o sector estatal com a maior parte dos investimentos e parece ter marginalizado o sector familiar, as cooperativas e os agricultores privados¹²³.

Castelo-Branco, assegura que mais de 90% do investimento e dos técnicos alocados à agricultura eram destinados ao sector estatal e para o sector familiar, cooperativo e privado foram alocados pouco mais de 5% desse investimento e os insumos agrícolas tornaram-se cada vez mais escassos por falta de divisas¹²⁴.

Consequentemente o sector familiar ficou sujeito à expropriação das suas terras e as oportunidades de emprego reduziram¹²⁵. O comércio rural a cargo das cooperativas faliu por falta de investimentos e a política de preços centralizado pelo Governo deu origem ao recrudescimento do mercado informal¹²⁶.

¹²¹ Abrahamsson e Nilsson, 1993: 38; Davies, 1990: 148-149

¹²² Abrahamsson e Nilsson, 1993: 35-37.

¹²³ Idem; Castelo-Branco, 1994: 54.

¹²⁴ Castelo-Branco, 1994: 59-60

¹²⁵ Idem: 54-55

¹²⁶ Idem: 61

Portanto, o reverso económico verificou-se após o 4º congresso em 1983, que desvinculou os investimentos para o sector privado e ao sector familiar¹²⁷. Em 1985, Moçambique aderiu às políticas do Banco Mundial e do FMI, e em 1987 instituiu o PRE na tentativa de dar mais dinâmica à economia, deste modo passou a pautar pela liberalização dos preços do mercado e às privatizações das empresas¹²⁸.

As privatizações por seu turno consistiram na redução dos postos de trabalho nas empresas estatais e nas unidades agrícolas, este facto veio reduzir drasticamente o poder de compra e os níveis de consumo da população rural. Cerca de 65% da população rural passou a viver num estado de pobreza absoluta, dinamizando cerca de 60% dos rendimentos para aquisição de bens alimentares¹²⁹.

Segundo Castelo-Branco¹³⁰, este processo de reformas económicas pecou pois subvalorizou aspectos inerentes à redução das oportunidades de emprego, a perda de mercados externos, a redução progressiva de mineiros na África do Sul e na perda de mercados para produtos agrícolas dentro da economia moçambicana. Sendo assim, o campesinato entrou em declínio sem acesso a fontes de rendimento monetários para a aquisição de insumos e factores de produção, esta situação agravou-se com a desvalorização da moeda nacional e a dependência pelas importações e deste modo conduziu a indústria nacional à falência.

Mapulanguene em virtude desta dinâmica económica e sobretudo devido a guerra ficou praticamente isolado em termos sócio-económicos do resto do distrito, onde a agricultura já não oferecia o suficiente para a subsistência.

¹²⁷ Idem: 59-60; Abrahamsson e Nilsson, 1993: 38-39

¹²⁸ Idem: 65-67

¹²⁹ Abrahamsson e Nilsson, 1993: 48

¹³⁰ Idem: 68

Com efeito, mesmo com dinheiro era difícil adquirir alimentos, passando deste modo o sector familiar a depender directamente das remessas em alimentos enviados pelos emigrantes. Como nos revelou Aliosse Rafael Tivane:

Enviava dinheiro através de Mapulanguene, quando entra a Frelimo parámos de enviar dali e começamos a entregar alimentos aos *delivers* e mais tarde passamos a usar via Manica, mas o dinheiro apenas entregava amigos... No tempo da guerra enviávamos mais a comida porque ninguém ia a machamba e a chuva se caísse só molhava os animais apenas¹³¹.

É neste âmbito que na maioria dos jovens aumentou a ambição de emigrar, olhando para esta prática como o único meio para se livrarem da extrema pobreza e penúria que o Governo não tinha meios imediatos de resposta.

A intolerância política e económica entre o regime do apartheid e o Governo de Moçambique ganhou ênfase em 1986, quando o regime de Botha¹³² declarou o repatriamento compulsivo de trabalhadores moçambicanos nas minas e nas farmas¹³³.

Esta decisão foi vista pelos analistas como sendo um pretexto dos sul africanos para pressionarem o Governo moçambicano a adoptar mudanças substanciais no âmbito político, doutro lado a nível sul africano foi uma decisão esporádica sem nenhum aviso prévio à câmara das minas¹³⁴.

Sendo assim, a decisão foi revogada em 1988, depois de uma série de negociações com a câmara das minas. No entanto, consta que dos 60.000 trabalhadores moçambicanos reduziram para 47.000¹³⁵.

¹³¹ Entrevista com Aliosse Rafael Tivane, Mapulanguene. 29.07.06.

¹³² O estado de emergência decretado em 12 de Junho de 1986, marcou o fim da coexistência pacífica com os países da região e o início do uso da força e pressões económicas para acelerar as resoluções políticas na região.

¹³³ CEA, 1987: 18; Davies, 1990: 149, 174

¹³⁴ De Vletter, 1994: 16; CEA, 1987: 1-3, 17

¹³⁵ Davies, 1990: 174; De Vletter, 1994: 16; Covane, 2001: 253

3.2.1. Dinâmica do Trabalho Migratório 1970-1992

A reestruturação da indústria mineira que se observou na década 70 foi o culminar de uma série de factores económicos, sociais e políticos. Portanto, a subida do preço do ouro pode ser visto como o ponto central das reformas implementadas desde a década 60, em virtude da liberalização do mercado, na medida em que possibilitou o aumento dos rendimentos e abriu deste modo um caminho para novos investimentos e capacitação tecnológica para dar maior rendibilidade às suas actividades¹³⁶.

Não obstante, esta dinâmica facilitou à câmara das minas a tomada de novas medidas no processo de contratação da mão-de-obra a nível da região com a instituição da internalização, sobretudo aquando da independência de Moçambique e Angola em 1975, para fazer face a uma possível desestabilização no fornecimento da mão-de-obra às companhias mineiras¹³⁷.

Ainda concorreu para este novo panorama a greve de 1973, a onda de desemprego na RSA que atingia cerca de 2 milhões de cidadãos, o que representava 2% da sua população¹³⁸ e o embargo da mão-de-obra malawiana em 1974. Como resultado deste clima de instabilidade que se vivia, houve uma necessidade de se aumentar os salários para atrair cada vez mais a mão-de-obra local¹³⁹.

Por consequência do embargo, em 1975, a Wenela recrutou em Moçambique cerca de 115.309 mineiros, contra 74.689 do ano anterior¹⁴⁰, desta feita ultrapassando o limite pré-estabelecido na convenção de 1928.

¹³⁶ CEA, 1998: 37; por outro lado, Covane, 2001: 237-9, observou que o preço do ouro no Mercado chegou a atingir o seu dobro em 1972, e no ano seguinte estava fixado em \$187 por onça. Head, 1994: 4.

¹³⁷ Covane, 2001: 238

¹³⁸ CEA, 1980: 29; Davies, 1990: 149

¹³⁹ CEA, 1998: 36; Covane, 2001: 238

¹⁴⁰ CEA, 1998: 52

Contudo, em 1976 este aumento aparente reduziu drasticamente para 32.803 mineiros¹⁴¹. No entanto, este aspecto é interpretado por diversos autores como o “ponto de ebulição” das transformações iniciadas desde 1970, no sentido de consumir a internalização e estabilização da mão-de-obra aliciando os trabalhadores locais com o aumento do ordenado dos trabalhadores africanos nas minas¹⁴².

A câmara das minas para além de reduzir a mão-de-obra moçambicana em 1976, em 1978 eliminou o pagamento diferido em ouro, que tinha sido convencionado com os portugueses em 1964, e passaram a efectuá-lo através do rand¹⁴³.

A partir de 1976 a dinâmica do trabalho migratório ostentou um novo carácter, o declínio da emigração legal e o recrudescimento da emigração ilegal. No entanto, a câmara das minas passa a aceitar a contratação de indivíduos experientes com bónus válido e reduziu drasticamente a contratação de noviços, sobretudo em Moçambique, o que deu azo à emigração clandestina, tendo em conta que o antigo mineiro moldado num sistema socio-económico em que a emigração era a base complementar da actividade agrícola não tinha outra saída¹⁴⁴.

No entanto, os meus entrevistados são unânimes em referir que o aumento dos salários se verificou mais a partir da década 70. Alguns tentam associar o aumento do seu ordenado com a independência nacional, afirmando que houve este aumento porque o nosso Governo passou a determinar o salário que deviam receber nas minas, embora esta atitude trouxe repercussões negativas no processo de emigração porque a renovação do contrato

¹⁴¹ Idem

¹⁴² De Vletter, 1987: 3; Covane, 2001: 237

¹⁴³ Covane, 2001: 253-254

¹⁴⁴ Davies e Head, 1994: 5

passou a ser difícil e alguns mineiros perdiam constantemente os seus contratos em períodos de folga ou de férias, assim como referiu Armando Cachane Valoi:

Logo após a independência começamos a ser reduzidos porque o Governo moçambicano começou a determinar o valor que devíamos receber, no entanto, as pessoas após o contrato não conseguiam renovar para voltar e até às vezes depois da folga a pessoa podia ser dispensado¹⁴⁵.

Além disso,

Com a chegada de Samora ao poder a RSA não aceitou mais receber noviços. Para ir a África do Sul passou a ser necessário usar meios ilícitos e o trabalho mineiro começou a diminuir, em alguns casos até, basta voltar para Moçambique não davam mais bônus, pois diziam que o vosso presidente é que vos vai contratar¹⁴⁶.

No Moçambique independente, o novo Governo da Frelimo, emitiu pesadas críticas ao sistema de trabalho migratório antes desenvolvida pelo regime colonial, acusando este de vender de forma criminosa os moçambicanos para as minas, onde eram vítimas de más condições laborais.

Contudo, a realidade económica que o país enfrentava, como por exemplo o fraco desenvolvimento agrícola, falta de recursos humanos qualificados, que pudessem garantir um contínuo progresso da indústria, fez com que o novo Governo não conseguisse implementar o seu plano de empregar um maior número de mão-de-obra, plano este que iria contribuir para o decréscimo de trabalhadores emigrantes para a África do Sul¹⁴⁷.

Depois do III Congresso da Frelimo (1977), chegou-se a aludir que a implementação da agricultura mecanizada abria campo para integração dos mineiros regressados da RSA, tomando-se em consideração os seus conhecimentos técnicos¹⁴⁸.

Mediante esta conjuntura, sendo a nossa área de estudo pobre em oportunidades de emprego, onde mesmo com a independência nacional continuou sendo a pastorícia nos

¹⁴⁵ Entrevista com Armando Cachane Valoi. Mapulanguene, 27.07.06.

¹⁴⁶ Entrevista com José Mutema Chiúre. Mapulanguene, 29.07.06.

¹⁴⁷ Covane, 2001: 245-246

¹⁴⁸ Abrahamsson & Nilsson, 1993: 32; CEA, 1980: 30-31.

criadores privados, não era suficiente para manter os jovens e os recém despedidos na sua terra de origem.

A emigração clandestina despertou nestas duas camadas a única saída para a geração de rendimentos monetários e alimentos que iriam sustentar as suas famílias perante a situação do pós independência, dum lado a saída dos cantineiros e do outro as dificuldades que surgiram no processo de emigração. Assim, Júlio Khossa relatou-nos o seguinte: “Fui a África do Sul em 1982...clandestinamente... E depois fiquei em casa de familiares lá até conseguir tratar o documento e depois fui aos escritórios das minas e fui contratado como trabalhador local isso já em 1989¹⁴⁹”.

Por conseguinte, é de notar que o Estado com a internalização da mão-de-obra ficava prejudicado, pois beneficiava-se de cerca de 30% das divisas totais drenadas no país¹⁵⁰.

A indústria mineira para tornar mais eficiente a sua mão-de-obra reduziu os custos com a introdução dos trabalhos subcontrato¹⁵¹. Crush no mesmo diapasão alega que os trabalhadores subcontratados numa primeira fase eram encaminhados para os trabalhos do subsolo. A opção por este tipo de trabalhadores ganhou ímpeto a partir de 1987, os dados que nos apresenta mostram que de 1987-1994, a proporção dos subcontratados incrementou, dos 3% para 11% e de 1988-1996, os subcontratados constituíam cerca de 96.8%¹⁵².

Os estudos feitos por De Vletter¹⁵³, mostram que as agências de contratação livre impunham condições contratuais piores que as oferecidas pelas minas, por exemplo, em

¹⁴⁹ Entrevista com Júlio Khossa, Mapulanguene. 28.07.06.

¹⁵⁰ De Vletter, 1998: 37

¹⁵¹ Idem; Crush, 1999: 12; Segundo os meus entrevistados, nesta conjuntura de crise de emprego nas minas surgiram duas categorias de trabalhadores: os “miners” e os sub-contratados ou contratados, os segundos são mineiros contratados pelas Empresas que vendem os seus serviços às minas, todavia são trabalhadores que auferem salários baixos e não têm as regalias que um “miner” ou mineiro efectivo ostenta, nos momentos de crise são os primeiros a serem despedidos, enquanto que, um mineiro efectivo o seu processo de despedimento leva muito tempo e ainda pode recorrer à justiça para recuperar a sua vaga. No entanto, este aspecto só foi possível com o envolvimento dos Sindicatos.

¹⁵² Crush, 1999: 12

¹⁵³ De Vletter, 1998: 15

1997, mais de 9000 moçambicanos (13% do total) trabalhavam em regime de contrato nas minas e a proporção de mineiros contratados pelas agências independentes estava cada vez mais a crescer.

Esta nova dinâmica contratual foi impulsionada pela crise que abalou a indústria mineira concretamente a partir de 1987, quando o preço real de ouro baixou no mercado internacional. O custo de produção aumentou em virtude da maior profundidade das minas sul-africanas, a inflação e a competição com os outros centros de extracção de baixo custo, o que levou à falência diversas indústrias mineiras¹⁵⁴.

Assim muitos postos de trabalho foram perdidos. Como era de esperar, no âmbito da crise a câmara das minas de modo a racionalizar os lucros e os custos de produção aumentou o número de trabalhadores subcontratados e pautou pela diversificação das fontes de aquisição, isto é, uma mão-de-obra heterogênea é que poderia garantir a estabilidade laboral, sendo assim, a mão-de-obra estrangeira mostrou um ligeiro aumento¹⁵⁵.

Os dados que justificam esta conjuntura mostram que a mão-de-obra estrangeira cresceu ligeiramente porque em 1986, rondava nos 41.5%, em 1991 estava fixado nos 42.5%. No que respeita à redução dos postos de emprego a mão-de-obra interna reduziu cerca de 66% e a estrangeira cerca de 30%¹⁵⁶.

De modo geral, dos 536.112 trabalhadores contratados em 1986, reduziu para cerca de 389.859 em 1991, o que corresponde à proporção de 27% ou a 146.253 vagas perdidas no total. No entanto, estes dados reforçam evidentemente a ideia da redução progressiva da

¹⁵⁴ Crush, 1999: 11, Segundo este autor estes acontecimentos ficaram patentes a partir de 1990; Head, 1994: 2; De Vletter, 1998: 12; Davies e Head, 1994: 2

¹⁵⁵ De Vletter, 1998: 12; Davies e Head, 1994: 3

¹⁵⁶ Head, 1994: 2; Davies e Head, 1994: 3; De Vletter, 1998: 13

mão-de-obra devido à falta de postos de trabalho¹⁵⁷. Mufucua Salvador Chaúque salientou o seguinte:

Na minha companhia começaram a diminuir trabalhadores em 1992, 1993 e em 2003 diminuíram os policiais e os que trabalhavam no estofo... os motivos da redução são os contratos porque é mais barato, eles pagam pouco dinheiro, assim preferem trabalhar com os contratos¹⁵⁸.

Segundo um dos meus informantes no activo, o trabalho subcontrato tem abrangido na sua maioria trabalhadores estrangeiros, sujeitos a salários baixos, sendo assim, são obrigados a trabalharem acima de 8 horas de tempo normais com o objectivo de melhorarem o seu rendimento. Para que um estrangeiro se torne um "miner" é obrigado a trabalhar num contrato durante 5 anos consecutivos só depois disso é que pode concorrer para esta categoria¹⁵⁹.

3.3. Tendências Actuais do Trabalho Migratório 1992-2003

O Posto administrativo de Mapulanguene foi o mais sacrificado pelo conflito armado comparativamente com outros postos a nível distrital, facto que culminou com o abandono total dos seus habitantes. A maior parte da sua população fixou-se definitivamente na região de "Bush" na RSA e outros fixaram-se em Maputo, Magude, Massingir e Bilene Macie.

Por conseguinte, o reassentamento da população tem sido feito em vagas sucessivas. Por um lado, porque era uma zona fortemente minada e mesmo após o conflito armado ainda existia uma disputa entre Renamo e Frelimo pela posse deste Posto¹⁶⁰.

¹⁵⁷ Davies e Head, 1994: 3

¹⁵⁸ Entrevista com Mufucua Salvador Chaúque, Mapulanguene, Bairro-5. 31.07.06.

¹⁵⁹ Conversa com um mineiro no activo, João Severiano Mazive, Cidade de Maputo, Bairro de Inhagóia. 20.07.07.

¹⁶⁰ Vide Adam, 1996: 36; entrevista com Fernando Mudaka. Mapulanguene, 28.07.06 Cap. 2.4 deste trabalho.

Por outro lado, em virtude da devastação das estruturas sociais e da erosão da economia rural que beneficiava estas populações, falta de confiança da paz não duradoira, contribuiu para que o repatriamento ocorresse acompanhado pelos movimentos de retorno principalmente por parte das camadas jovens que emigravam clandestinamente tencionando melhorar as suas condições de vida, construir, investir no sector agro-pecuário, transportes, construção de barracas¹⁶¹.

Segundo a observação de Aliosse Rafael Tivane:

São muitos que ainda vão para a África do Sul em Mapulanguene, mas não para as minas, vão para as plantações aqui perto no 'Maplacine'¹⁶²; e "(...) também já há falta de emprego na RSA, aqueles que arriscam é porque um seu familiar conseguiu emprego para eles lá¹⁶³.

Contudo, actualmente estes jovens já não encontram enquadramento nas minas tendo em conta a crise laboral que tem afectado os sul-africanos, o sector mineiro é uma das alternativas para acolher a mão-de-obra excedentária local. Sendo assim, acabam por serem acolhidos pelos farmeiros sul-africanos, indústria de construção, serviços e alguns acabam desenvolvendo actividades por conta própria. Nestas actividades são sujeitos a baixos salários, horários de trabalhos excessivos e por vezes têm sido deportados de forma sistemática em conivência com a polícia sul-africana sem antes auferirem os seus salários¹⁶⁴.

Os estudos de Machava e Nhantuve¹⁶⁵, mostram que neste âmbito da crise do emprego na RSA aumentou o antagonismo entre os nativos e a mão-de-obra estrangeira, aumentaram os discursos xenófobos contra os estrangeiros com mais ênfase para os moçambicanos que eram vistos como os que mais tiravam os postos de trabalho aos sul-africanos.

¹⁶¹ De Vletter, 1994: 13; Machava, 2003: 26-27;

¹⁶² Entrevista com Aliosse Rafael Tivane. Mapulanguene, 29.07.06

¹⁶³ Entrevista com Amosse Ngovene. Mapulanguene, 31.07.06

¹⁶⁴ De Vletter, 2000: 53; De Vletter 1994: 10; Nhantuve, 2002: 17

¹⁶⁵ Machava, 2003: 29-36; Nhantuve, 2002: 8

Este fenómeno teve mais ímpeto com a democratização do país em 1994, quando o ANC assume o poder, o índice migratório subiu vertiginosamente, tendo em conta que a maior parte dos emigrantes viam a RSA democrática como a solução dos seus anteriores problemas de restrições laborais e os nativos como a solução para a erradicação da crise laboral, não obstante, os problemas laborais acentuaram-se, o Governo sul africano foi obrigado a decretar que as vagas laborais primeiro deviam ser ocupadas pelos nativos só depois é que seriam extensivas aos estrangeiros¹⁶⁶. Tivane salientou o seguinte:

Os sul-africanos começaram a afluir nas indústrias mineiras quando chegou a independência da África do Sul porque muitas empresas fecharam e dizem que os moçambicanos lhes roubam emprego, enquanto os suthos e os moçambicanos foram os primeiros a irem para as minas (...) e introduziram os contratos, agora por exemplo nenhum noviço é contratado a não ser que viole a fronteira¹⁶⁷.

As perseguições e ataques aos estrangeiros aumentaram cada vez mais lideradas pelo partido Inkhata Freedom Party, pois os seus apoiantes viam os estrangeiros como os que lhes roubavam emprego e aumentavam os índices de delinquência e de criminalidade no país¹⁶⁸. Segundo o depoimento de Chaúque:

Eles tem ódio de nós porque a maior parte dos donos da terra não tem emprego e a nossa sorte é que desde cedo soubemos obedecer ao empregador e assim gostam de nós, agora eles não querem que os nossos filhos trabalhem lá. Agora a câmara das minas diz que não tem como nos mandar embora porque nós contribuimos desde cedo e se o Governo quiser nos mandar embora que se responsabilize pela nossa indemnização. A NAMO por seu turno diz que se nós quisermos que os nossos filhos nos substituam devem tirar o ID, só que isso seria contribuir para o crescimento da RSA, enquanto nós estamos lá para ajudar o nosso país a crescer, com ID quando a pessoa morre para voltar ao país é um problema. Desde o ano passado é difícil ter ID por isso não vale a pena¹⁶⁹.

O novo Governo sul-africano na tentativa de reorganizar e regular o sistema migratório, em 1995, decidiu conceder uma residência permanente, a todos trabalhadores mineiros estrangeiros com mais de 10 anos de serviço na RSA. A esta decisão seguiu-se outro em

¹⁶⁶ Nhantuve, 2002: 8-9, 42-43

¹⁶⁷ Entrevista com Aliosse Rafael Tivane. Mapulanguene, 29.07.06

¹⁶⁸ Machava, 2003: 29-36; Nhantuve, 2002: 42-45

¹⁶⁹ Entrevista com Mufucua Salvador Chaúque. Mapulanguene: Bairro-5, 31.07.06.

1996, que abrangia a todos trabalhadores dos países da SADC que tinham mais de cinco anos na RSA de modo a requererem também uma residência permanente¹⁷⁰.

Os estudos de De Vletter mostram que a maior parte dos moçambicanos não acataram à ideia, pois não estavam preparados para se desligarem por completo do país que os viu nascer. Alguns alegavam que iam a RSA para trabalhar e ajudarem as suas famílias a minimizarem as suas condições de vida, investindo na actividade agro-pecuária algo que dificilmente iam conseguir continuar na RSA dado os problemas de acesso à terra. Por outro lado não iam conseguir conviver num meio em que as relações xenófobas acentuavam consideravelmente, este aspecto dificultaria até certo ponto a sua integração na RSA¹⁷¹.

Um número não significativo de trabalhadores moçambicanos acataram esta decisão, mas por almejam as regalias que os sul africanos tinham em termos de pensões, alternativas de emprego, facilidades de crédito para a aquisição de bens tais como imóveis, automóveis e outros e a possibilidade de evitarem o pagamento diferido compulsivo e as deportações perpetradas por vezes pelo Governo sul africano¹⁷².

Em 2003 a lei sul-africana de migrações restabelece a internalização da mão-de-obra e passou a aceitar apenas a continuidade de trabalhadores estrangeiros já com experiência no sector mineiro.

¹⁷⁰ De Vletter, 1998: 1-5; Machava, 2003: 33

¹⁷¹ De Vletter, 1998: 1-28

¹⁷² Idem

Segundo o vice Ministro do pelouro do trabalho, “a nova lei de migração da RAS, publicada em 2003, é um sério entrave ao recrutamento da nossa mão-de-obra, pois não autoriza novos mineiros, se não os que já foram trabalhadores”.¹⁷³

Give¹⁷⁴, salienta que a mesma lei para além das restrições de contrato previa a redução de 2% do salário de cada mineiro moçambicano no activo para a criação do fundo de formação dos sul-africanos que futuramente iriam assegurar o trabalho nas minas.

Porém, podem ser vistos como razões deste decreto-lei, o aumento do custo de produção, a depreciação do ouro no mercado internacional, a procura de minimizar os custos de recrutamento nos países vizinhos, a oscilação do câmbio do dólar em relação ao rand que colocavam a industria mineira numa situação extremamente difícil e a maior procura dos postos de trabalho pelos sul africanos nas minas como alternativa à crise de emprego existente na RSA¹⁷⁵.

Os efeitos desta lei já se tem observado em Moçambique, por exemplo, em 2004 foram contratados 47.282 mineiros moçambicanos dos quais em Julho de 2005 tinham regressado 28.499 mineiros que passaram a filiar-se nos exércitos de desempregado nas zonas rurais¹⁷⁶.

Esta lei tem tido implicações negativas nas comunidades de migrantes, tendo em conta que o trabalho migratório é que tem contribuído para a economia familiar em remessas de

¹⁷³ Vide Notícias, 13 de Agosto de 2005, citação ao Vice Ministro de Trabalho por ocasião da greve dos trabalhadores mineiros na RSA.

¹⁷⁴ Give, 2005. p.44.

¹⁷⁵ Davies & Head, 1994: 3-5; Give, 2005: 45; Notícias, 13 de Agosto de 2005; Nhantuve, 2002: 8-9; 42-43.

¹⁷⁶ Notícias, 13 de Agosto de 2005.

dinheiro, alimentos, insumos, factores de produção agrícolas e na aquisição do gado bovino que nas comunidades rurais é considerado como capital¹⁷⁷.

Portanto, este processo não é acompanhado pela criação de mecanismos flexíveis de acolhimento dos mineiros regressados, que os ajudem na inserção social e profissional. Estes são sujeitos ao incumprimento dos seus direitos laborais por parte do patronato, o que contribui para que sejam motivo de insegurança e de instabilidade nas suas zonas de origem, embora no activo tenham contribuído em moeda convertível para o Estado moçambicano¹⁷⁸.

Segundo Nhantuve¹⁷⁹, “este facto resulta da falta de definição da política moçambicana de migrações” capaz de defender o migrante em casos de injustiça e permita que este realmente seja um potencial contribuinte na economia familiar e na comunidade em geral.

3.4. Contribuição do Mineiro Na Economia Familiar

Estudos feitos em volta deste assunto, mostram que o trabalho migratório tem contribuído na economia familiar e na comunidade quando exercido com legalidade¹⁸⁰.

No período colonial a grande preocupação dos mineiros, era de assistir as suas famílias com dinheiro que cobria as despesas alimentares em géneros alimentícios que não produziam nas suas machambas ou em período de secas e cheias. O sistema montado pelo regime colonial conduzia o mineiro a ter que gastar o seu salário na sua terra de

¹⁷⁷ Vide Murray, C. *Families Divided: The Impact Of Migrant Labour In Lesotho*. African Studies series 29, Cambridge University Press, 1981; Adérito Machava (2003), Américo Nhantuve (2002), Luis Covane (2001), CEA, 1998.

¹⁷⁸ Nhantuve, 2002: 8-9; 26-36.

¹⁷⁹ Idem

origem, deste modo existiam cantinas que ofereciam esses produtos a nível da comunidade, garantindo até a entrega domiciliária¹⁸¹.

Por outro lado, o salário do emigrante era destinado ao pagamento do imposto e ao lobolo¹⁸². Em Mapulanguene diferentemente daquilo que algumas obras constataram nos seus estudos, a monetarização do campo parece não ter substituído o gado como meio de pagamento do lobolo, mas sim serviu de meio alternativo em casos da falta deste bem ou eram cobrados em simultâneo, como alude Aliosse Rafael Tivane: “Casei a minha primeira mulher e depois casei a segunda pagando cerca de 15 cabeças de gado e cada cabeça tinha que ser acompanhado por 1000,00MT¹⁸³”.

Com a independência nacional, os cantineiros abandonaram a zona rural, os salários nas minas começaram a aumentar, as cheias de 1977 e a estiagem que assolou o país até meados da década 80 e a guerra foram determinantes na alteração dos objectivos dos mineiros. A partir deste período o seu objectivo fundamental passou a ser a assistência das suas famílias em alimentos aquisição do gado, charruas, motobombas, carroças, meios de transporte, meios de comunicação, construção de casas de alvenaria, painéis solares¹⁸⁴.

Em Mapulanguene poucos têm investido na construção de casas de alvenaria possuindo apenas casas maticadas e de pau a pique. Apesar de alguns construírem casas de alvenaria nas suas antigas zonas de refúgio, por exemplo Salva Khossa esposa de um mineiro revelou que: “A nossa vida mudou porque [o marido] construiu uma casa de alvenaria na

¹⁸⁰ Vide CEA, 1998; De Vletter, 1998; Hermele, 1986; Alfeu Maria, 2001; Machava, 2003; Head, 1994; De Vletter, 2000; Das Neves Tembe. *Tete e o trabalho migratório para a Rodésia do Sul, 1913-1958/60*. (Tese de licenciatura). Maputo: ISP, 1990. das Neves Tembe, 2003; Nhantuve, 2002.

¹⁸¹ Covane, 2001: 93, 118; CEA, 1998: 112

¹⁸² Idem

¹⁸³ Entrevista com Aliosse Rafael Tivane, Mapulanguene. 29.07.06

Vila Sede, comprou gado, carro (...), a casa tem 5 quartos e 1 sala comum, 1 varanda e está coberta de chapas¹⁸⁵.

No entanto, esta questão deve ser o resultado da guerra, tendo em conta que a maior parte das populações acabaram de regressar às suas zonas de origem ou então ao “nomadismo”, pois estas sociedades para criarem os seus animais dependem mais da frequência do pasto¹⁸⁶.

Nesta comunidade o destino principal das remessas em dinheiro é a aquisição do gado e charruas. O gado é considerado como a forma mais segura de capitalização, tendo em conta que, a qualquer momento em casos de necessidades pode cobrir as despesas alimentares, educação, saúde.

No âmbito das crises tais como a estiagem, guerra e das restrições na contratação dos trabalhadores, ter um membro a trabalhar nas minas era visto como sinónimo de riqueza porque conseguiam satisfazer as necessidades básicas de sobrevivência das suas famílias. Neste período para a tramitação das remessas dos emigrantes, o Governo a partir de 1985, valorizando o esforço dos mineiros para dar assistência às suas famílias, licenciou empresas de transportes tais como a Premier, Manica e actualmente temos a Kawena para facilitar a tramitação de bens, para além dos *Delivers* que faziam as entregas domiciliárias¹⁸⁷.

Os meus entrevistados garantiram-me que mensalmente assistiam as suas famílias em alimentos, dinheiro assim como em produtos duráveis usando essas instituições ou através de amigos.

¹⁸⁴ Ver também Das Neves Tembe, 2003: 9; De Vletter, 1994: 13-14; Head, 1994: 19; Machava, 2003: 35; Alfeu, 2001: 36, entre outros.

¹⁸⁵ Entrevista com Salva Khossa, Mapulanguene. 28.07.06.

¹⁸⁶ Vide Manguenzi, 1983: 38

Há uma série de factores que influem na capacidade de assegurar investimento por parte dos mineiros. O seu ordenado depende das categorias que ele ocupa na mina, o número do agregado familiar que ele assiste, a regularidade do envio de remessas que muitas vezes as informações dadas não são fidedignas, a capacidade de distribuição dos seus rendimentos pela família que pode resultar na falta de capacidade de poupanças por parte destes¹⁸⁸.

A capacidade que os mineiros podem ter para investir depende muito da sua capacidade na gestão dos rendimentos, a comparticipação de outras actividades complementares, o envolvimento dos outros membros familiares com conhecimentos ou experiência numa determinada actividade ou negócio¹⁸⁹. Estas ilações foram tiradas também da entrevista feita com Armando Novunga:

O plano? Tenho plano de negócios, mas como eu disse antes, os negócios precisam de alguém que tem noção e eu vejo que à minha volta as pessoas que estão cá não tem noção disso e nem eu tenho, mas quando já estarei cá procurarei inteirar-me bem do assunto perante as pessoas que já têm uma longa experiência na área para me orientarem de modo a investir o dinheiro que terei poupado¹⁹⁰.

Há que admitirmos que o sucesso agrícola de alguns familiares resultou da aplicação dos rendimentos ganhos pelos mineiros na RSA, isto é, os familiares com um rendimento salarial proveniente das minas tinham maiores probabilidades de investir, tendo em conta que adquiriam insumos e factores de produção, embora dependesse muito mais da forma como cada um conseguia capitalizar o seu rendimento, pois alguns acabavam caindo na dependência apenas do salário do emigrante¹⁹¹.

¹⁸⁷ De Vletter, 2000: 14; Covane, 2001: 251

¹⁸⁸ Ver por exemplo estudos similares em Lesotho por Murray, 1981: 56.

¹⁸⁹ Vide Machava, 2003: 38.

¹⁹⁰ Entrevista com Armando Novunga, 3 de Fevereiro: Novunguene, 30.09.07. Em participação no Projecto de Investigação: Aplicação Sustentável das poupanças dos Migrantes Moçambicanos na Redução da Pobreza no Ambito do PARPA.

¹⁹¹ Machava, 2003: 38; De Vletter, 1998: 20; Head, 1994: 19-20; Das Neves Tembe, 2003: 10.

Por conseguinte, o sucesso agrícola também só era possível com o envolvimento do agregado familiar que fica, devendo possuir conhecimentos para gerir os novos factores de produção e experiência nas técnicas agrícolas.

Alguns estudos feitos em volta do impacto social da migração mostram que esta actividade contribuiu para distorcer a divisão social do trabalho no campo, redução do espaço agrícola, nuclearização da família, pois o emigrante já tinha capacidade para casar e construir a sua própria casa, este aspecto contribuiu para a fragilidade económica da comunidade, pois a segurança social baseado na idade declinara.

Portanto, os aspectos acima mencionados concorrem para o empobrecimento das comunidades de emigrantes e, até certo ponto, podem afectar o desenvolvimento local.

A educação também é afectada porque muitos jovens ainda em idade escolar abandonam a escola a favor da migração. Contudo, em Mapulanguene apenas existe uma única Escola Primária Completa o que contribui para que a maior parte dos jovens por falta de condições financeiras dos seus pais para darem continuidade ao ensino secundário em Magude primem pela emigração clandestina, Wiliam Macuvele, embora tratando do período colonial relatou-nos o seguinte: "Não estudei porque na altura os nossos pais aconselhavam que os filhos deviam apascentar o gado para poderem casar"¹⁹².

Actualmente o trabalho migratório é visto como um dos sectores de vulnerabilidade, contribuindo na propagação do vírus HIV-SIDA no nosso país, em virtude do afastamento dos migrantes das suas esposas durante longos períodos, tornando-os vulneráveis a envolverem-se desprevenidamente com mulheres de má conduta, não se

¹⁹² Entrevista com Wiliam Macuvele, Mapulanguene. 29.07.06.

excluindo deste modo o desenvolvimento de redes sexuais a nível das suas zonas de origem¹⁹³.

Por outro lado, o trabalho migratório tem contribuído para a desestruturação familiar com o amplo crescimento da poligamia, prostituição, alcoolismo e na disseminação de várias doenças venéreas para além do HIV-SIDA. Consequentemente, influi para o aumento da pobreza tanto na família, assim como a nível da comunidade, pois os poucos recursos que antes serviam para o sustento da família agora passam a ser canalizados para a sua assistência médica¹⁹⁴.

Contudo, a questão da SIDA é um pouco controverso, em conversa em grupo com os meus entrevistados sobre este assunto, afirmaram que o seu patronato em convivência com os médicos falsificam os diagnósticos hospitalares para evitar o pagamento das indemnizações aos mineiros doentes, tendo em conta que esta não resulta das suas actividades laborais na mina¹⁹⁵.

Ainda no que concerne ao custo social que resulta do trabalho migratório, os meus entrevistados alegaram que a mulher em Mapulanguene é socializada, para além das actividades agrícolas, apascentar o gado e a lidar com a charrua, deste modo a ausência do marido pouco afectava na redução da produtividade ou na redução do espaço agrícola¹⁹⁶.

Por outro lado, as remessas enviadas pelos mineiros eram aplicadas na agricultura realizando-se o *ku phama* para o aumento do espaço agrícola, concerto de currais,

¹⁹³ Give, 2005: 51.

¹⁹⁴ Idem: 52-57; Alfeu, 2001: 43-44.

¹⁹⁵ Afirmaram ainda que em parte a SIDA é fomentada pelas companhias porque permitem que as mulheres frequentem o bar da companhia com o objectivo de garantir o movimento, mas isto provoca um impacto negativo para os mineiros porque depois de ficarem embriagados metem-se com essas mulheres e daí contraem as doenças.

¹⁹⁶ Vide Covane, 2001: 133.

construção de casas, etc. Assim como nos relatou a Lúcia: “Na ausência dele nós ficávamos aqui a trabalhar porque ele também estava a trabalhar lá não havia nenhum problema, eu própria usava a charrua na machamba, quanto à palha ele enviava o dinheiro para fazermos *ku phama* para a reabilitação das casas¹⁹⁷”. Valoi ainda acrescentou o seguinte:

Mesmo quando a mulher fica sozinha na ausência do marido a comunidade vê-se na obrigação de cuidar dela até ao regresso do marido (...) essa situação de casar com outro ou ser engravidada por outros, acontece quando a mulher não é assistida pela família e pelo marido, quando isso acontece é que pode-se juntar com outro homem ou ficar grávida¹⁹⁸.

Actualmente com as facilidades criadas pelas minas desde 1990, a mulher já pode viajar para se juntar com o marido na RSA num período de 30 dias de estadia nas casas disponibilizadas pela indústria mineira ou para evitar a fila das reservas alugam casas fora das minas¹⁹⁹.

Estudos feitos em volta da contribuição do trabalho migratório em Inhambane mostraram que a redução das remessas do migrante têm contribuído para a redução do volume de negócios e na reprodução do gado em virtude do esgotamento das receitas monetárias resultantes do trabalho migratório²⁰⁰.

Na nossa área de estudo conseguimos constatar que as famílias que conseguiram recuperar as suas manadas depois da guerra foram aquelas que continuaram a trabalhar nas minas até depois de 1992, excepto aqueles que foram contemplados pelo repovoamento pecuário do AMURU.

¹⁹⁷ Entrevista com Lúcia Simone Mundjovo, Mapulanguene: Bairro-4. 31.07.06.

¹⁹⁸ Entrevista com Armando Cachane Valoi, Mapulanguene. 27.07.06.

¹⁹⁹ Give, 2005: 51; Entrevista com Salva khossa, Mapulanguene. 28.07.06.

²⁰⁰ CEA, 1998: 105; CEA, 1978: 31; Head, 1994: 21

Estudo feito pelo CEA em Homóine²⁰¹, mostra uma situação idêntica, todavia o grande problema dos mineiros verifica-se após o contrato. Dando exemplo de antigos mineiros que se tinham destacado na região, só para poderem ter água em suas casas tinham que oferecer em troca cestos, por falta de dinheiro e já não tinham gado nem charrua.

No âmbito desta situação a contribuição do trabalho migratório na economia familiar mostra-se aparente, pois observa-se muita das vezes apenas quando o migrante está no activo, mas findo o contrato volta a cair no âmbito da pobreza.

Portanto, este aspecto precisa de ser revisto de modo a envolver o migrante naquilo que são os pressupostos de desenvolvimento do país o “combate a pobreza absoluta”, orientando sobretudo os mineiros para o melhor aproveitamento das suas poupanças investindo nas diversas actividades produtivas de acordo com a situação económica da sua terra de origem²⁰².

3.5. O Mineiro Como Contribuinte no Desenvolvimento da Comunidade

Os investimentos e as poupanças dos migrantes não só servem a interesses individuais como também contribuem para o desenvolvimento da comunidade.

No entanto, Mapulanguene, não foge a esta realidade tendo em conta que os mineiros com salário tinham capacidade de adquirir maior número de gado e charruas, que para além de usarem individualmente nas suas machambas também eram alugadas a razão de 100Mt-120Mt.

²⁰¹ CEA, 1998: 142.

²⁰² Ver também Das Neves-Tembe, 2003: 8.

Por outro lado, as afirmações dos meus entrevistados coincidem com o estudo de Manguenzi²⁰³ que refere que, os mineiros contribuíam para o repovoamento pecuário responsabilizando o seu gado a famílias sem este bem à razão de um vitelo anualmente ou bienalmente. As mesmas tinham o direito do leite e a usar a tracção animal na agricultura.

A ausência masculina estimulou a monetarização do campo, pois as actividades antes efectuadas pelo homem passaram a ser pagas pelos agregados familiares de mineiros na RSA, razão pela qual as remessas em dinheiro eram importantes para assegurar a manutenção das suas famílias²⁰⁴.

Por outro lado, com a falta da expansão de uma rede comercial, as pequenas barracas de mineiros é que assistiam a comunidade em produtos de primeira necessidade tais como açúcar, sabão, óleo, sal, amendoim, chá.

A rede de transporte de Mapulanguene é completamente inexistente onde circula apenas um carro já com problemas mecânicos graves que liga Mapulanguene-Vila Sede e por dia só faz uma carreira. Portanto, alguns mineiros com “mini-buses” ou carrinhas caixa aberta são os que por vezes têm ajudado as populações no escoamento ou aquisição de produtos na Vila Sede.

Durante o conflito armado alguns mineiros com carros davam assistência aos militares para manter a segurança do Posto, assim como nos relatou Lúcia:

(...) um é agricultor e carvoeiro usa um carro que o pai comprou na RSA, alias o pai comprou dois carros e os bandidos armados queimaram quando levavam os soldados do Governo, e recorrendo ao Governo conseguimos recuperar um carro substituindo os que foram queimados em 1988²⁰⁵.

²⁰³ Manguenzi, 1983: 28-29.

²⁰⁴ Veja também CEA, 1998: 114-115.

²⁰⁵ Entrevista com Lúcia Simone Mundjovo, Mapulanguene: Bairro-4. 31.07.06.

O Posto Administrativo de Mapulanguene não é coberto pelos meios de comunicação com o resto do país e do mundo, apenas existe a comunicação via rádio para fins institucionais do Posto. Porém, um mineiro por iniciativa individual estendeu a sua área de investimento para a comunicação, tendo em conta que constitui uma área isolada de todas as redes de comunicação nacionais, assim como afirmou Salva Khossa:

Sim ele tem se comunicado com a família via telefone celular fixo, graças a um vizinho que também trabalha lá que montou em sua casa uma antena que consegue captar o raio da RSA, que depois facilita a ligação com Moçambique e assim tem nos ajudado muito porque é o único meio que nós temos aqui para nos comunicar com os nossos parentes na RSA, assim como em Moçambique²⁰⁶.

Segundo observações do chefe do Posto, os migrantes colaboram na montagem de infra estruturas úteis para a comunidade, investem o seu dinheiro em diversas áreas e alguns até trazem “mini-buses” para operarem na zona. Estudos sobre o desenvolvimento da comunidade, alegam que este só é possível com o envolvimento das entidades governamentais e privadas para melhor organizá-los no sentido de poderem contribuir dentro daquilo que são as perspectivas de desenvolvimento nacional²⁰⁷.

No terreno os meus entrevistados foram unânimes em referir que em todo seu processo de trabalho na RSA em nenhum momento as autoridades se aproximaram para algum aconselhamento na forma como deviam aplicar as suas poupanças, embora estas alegações criam um paradoxo com as afirmações do chefe do Posto:

O trabalho que nós temos feito é sensibilizar o emigrante de modo a aperceber-se cada vez mais de que a guerra terminou, a paz veio para ficar, ao em vez de investir lá fora do país venha investir na zona que lhe viu nascer como forma de dar o contributo no desenvolvimento da própria zona. Há uns que acatam isso, temos um exemplo de um que tem agora duas lojas (...), o primeiro conselho que nós demos foi, nós vamos isentar dois meses ou três do pagamento de alguns emolumentos como forma de lhe entusiasmar ou entusiasmar outros para que regressem a sua zona de origem já que a guerra terminou. Então é o que se vê, uns embora estejam lá já têm algumas cabeças de gado bovino e entregam aos seus familiares e vem periodicamente, os seus filhos as férias vêm passar aqui para ver como é que isto está²⁰⁸.

²⁰⁶ Entrevista com Salva Khossa, Mapulanguene. 28.07.06.

²⁰⁷ Vide CBCISS, 1986; Negrão, 2001: 269.

²⁰⁸ Entrevista com o Chefe do Posto, Mapulanguene. 30.07.06.

É evidente nestas alegações se forem fidedignas, que há uma vontade por parte das estruturas locais em envolver o mineiro a desenvolver actividades que tragam benefício à comunidade, mas se formos a ver será que a melhor forma de envolver o mineiro no desenvolvimento da comunidade seria apenas isentar os mesmos das taxas?

Aparentemente qualquer indivíduo que queira desenvolver negócios deve ter algumas noções de gestão e disponibilidade de crédito. Porque é que as estruturas locais não podem por exemplo, formar associações de mineiros para melhor apoiá-los desenvolvendo várias actividades que, de acordo com a área de estudo, poderiam ser agro-pecuárias de forma a garantir a inserção social e económica dos mineiros findo os seus contratos²⁰⁹.

3.6. Enquadramento do Mineiro nas Políticas de Desenvolvimento do País

Vários especialistas que fazem estudos na área de desenvolvimento alegam que a melhor forma de aplicar políticas de desenvolvimento não é importando políticas, mas sim pegando nas experiências dos outros e, adaptar às realidades locais de desenvolvimento²¹⁰.

Em Moçambique as políticas desenhadas pelo PARPA 1 e 2 estão viradas para o “Combate a Pobreza Absoluta” e a comunidade é convidada a fazer parte desta luta através de iniciativas individuais (ou organizados em associações) de investimento. Porém, nas zonas rurais sobretudo no sul do país, os maiores impulsionadores deste desenvolvimento são os mineiros, mas carecem de um apoio institucional para melhor

²⁰⁹ Sobre este assunto vide Joel das Neves Tembe, 2003.

²¹⁰ Pastore, José. *Agricultura E Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: APEC Editora, 1973. p17-21.

serem orientados na aplicação dos seus rendimentos de modo a garantir a sua segurança social²¹¹.

Este aspecto mostra que o trabalho migratório deve não ter sido inserido como uma instituição que possa contribuir para o desenvolvimento do país, com a criação de políticas claras de defesa e protecção do trabalhador desde o sector laboral até a facilitação de pagamento dos emolumentos alfandegários que limitam as importações dos trabalhadores mesmo sabendo que estes não são produzidos dentro do país²¹².

Este facto cria constrangimentos para zonas recônditas como Mapulanguene, onde mesmo com dinheiro ou para levantar produtos na Kawena Vila Sede são necessários três dias para chegar com os produtos em casa porque o transporte não é regular.

Muitos trabalhadores perdem o seu dinheiro na RSA por esta falta de políticas flexíveis para a protecção e encaminhamento dos processos de trabalho dos mineiros. Estou a falar dos direitos do trabalhador que não são cumpridos, como é o caso do pagamento do seu *provident fund*, *petchene* e outros. António Neuma relatou-nos o seguinte: “Deram-me reforma e me pagaram apenas 9 mil rands enquanto nos acordos estava estipulado 300 mil rands²¹³”. No caso do Valoi:

O Governo devia nos ajudar a recuperar o nosso dinheiro na RSA porque nós ajudamos muito o nosso país, por exemplo, nós perdemos o dinheiro descontado do *insurance*, mas quando a pessoa perde o emprego eles ficam com esse dinheiro. Nós fomos mandados embora, por isso deviam-nos dar esse dinheiro temos o direito de recuperar²¹⁴.

O estudo de Nhantuve²¹⁵, confirma a inexistência de políticas moçambicanas de migração e criação de mecanismos que possam integrá-lo a nível social e profissional. Portanto,

²¹¹ Das Neves Tembe, 2003: 8

²¹² Nhantuve, 2002: 8-9.

²¹³ Entrevista com António Neuma, Mapulanguene. 28.07.06.

²¹⁴ Entrevista com Armando Cachane Valoi, Mapulanguene, 27.07.06.

²¹⁵ Nhantuve, 2002: 8-9

não está definido claramente quais são os objectivos do Governo em relação ao emigrante.

A década 80 foi uma época em que vários avanços foram feitos na tentativa de melhorar as condições dos mineiros com a criação do INAME, alguns pontos chave foram avançados no âmbito do 5º Congresso com o objectivo de integrar o mineiro socialmente, orientá-lo na aplicação dos seus pecúlios em investimentos pertinentes para a sua comunidade e a criação de um processo de emigração que trouxesse mais valia tanto para as comunidades assim como para o Estado moçambicano²¹⁶.

De Vletter²¹⁷, afirma que alguns avanços foram levados a cabo pela ILO e a UNDP em assistência ao Governo moçambicano aquando da decisão de 1986, com um fundo de 2 milhões de dólares criaram um Centro Profissional para instruir os antigos mineiros em técnicas agrárias e outras áreas nas zonas rurais, organizando-os em associações, mas este projecto foi abortado pelo avanço da guerra.

Contudo, o grande problema que as associações têm encarado, sobretudo as que estão ligadas a actividades agro-pecuária tem sido a falta de apoios na preparação dos recursos humanos e assistência técnica por parte dos doadores para a reparação dos factores de produção tais como motobombas, tractores, entre outros. Portanto, em casos de avarias a associação cai na falência²¹⁸.

Mapulanguene assim como o resto da zona sul do país é vulnerável a calamidades naturais o que faz com que a actividade agro-pecuária seja insuficiente para garantir a

²¹⁶ Idem, 29.

²¹⁷ De Vletter, 1994: 14-16.

²¹⁸ Constatação feita no âmbito do Projecto de Investigação: *Aplicação Sustentável das Poupanças dos Migrantes Moçambicanos na Redução da Pobreza no Âmbito do PARPA*, em Chibuto: Samora Machel, onde existe uma Associação dos Mineiros Moçambicanos que mereceu apoio do Governo com a doação de 4 electrobombas em 1998 e em 2003, recebeu 1 motobomba com apoio da TEBA. Mas falta apoio técnico

segurança alimentar. Nesta óptica as políticas económicas deveriam incentivar a nível destas comunidades a geração de rendimentos alternativos, dotar as populações locais de conhecimentos de conservação de alimentos em épocas de bonança, criar algumas oportunidades de emprego incentivando iniciativas económicas de pequena escala²¹⁹.

Alguns mineiros em Mapulanguene já receberam o seu *petchene*, mas não tem ideias claras do que fazer com o dinheiro. Portanto, precisam de uma orientação institucional ou de organizações não governamentais que os podiam orientar a aplicar o seu rendimento em áreas chaves e inculcar a eles princípios de gestão, a exemplo de Tivane que parou de trabalhar no ano 2000:

Parei de trabalhar porque disseram que já era maior de idade e deram-me indemnização de 40 mil rands (...) eu não sei em quê podem-me ajudar, mas não tenho ideias de mexer esse dinheiro porque uso no tempo da seca, não levei todo, uma parte está depositado a prazo²²⁰.

Com o pagamento diferido os mineiros são obrigados a receber 60% do seu ordenado em Moçambique a partir dos 6 meses de trabalho. Estima-se que em 1995 o Governo arrecadava cerca de 200 milhões de rands ou 30% de divisas totais sem nenhum juro²²¹.

Mediante esta contribuição que o mineiro dá ao Estado seria oportuno enquadrá-lo no sistema de segurança social porque parece ficar marginalizado findo o seu contrato e volta a viver em situações precárias e de extrema pobreza na sua zona de origem.

No seu estudo Covane, mostrou até que ponto o Estado ficaria prejudicado com o fim do trabalho migratório em Moçambique:

Com o fim do trabalho migratório, a WENELA estimou os prejuízos para a economia moçambicana num valor de 210 milhões de rands. Deste montante quase 50% seriam em moeda convertível para o Governo, enquanto que a outra metade teria impactos negativos na economia do camponês. Além disso com cerca de 200.000 moçambicano a trabalharem legalmente e

para a gestão desses recursos, sendo assim, para eles o melhor apoio seria em juntas de bois e em charruas, pois estão mais familiarizados a esse tipo de factores.

²¹⁹ Vide Covane, 2001: 118-119; Macuacua, 2003: 2; Mosca, 1994.

²²⁰ Entrevista com Aliosse Rafael Tivane, Mapulanguene. 29.07.06.

²²¹ De Vletter, 1998: 16; 37.

ilegalmente na RSA e tomando em consideração uma família média de cinco membros calcula-se que entre 500.000 a 1000.000 de pessoas seriam afectadas²²².

Mostrando-se indubitavelmente que é este grupo de mineiros que em parte contribuem para a balança de pagamentos e na economia familiar, seria oportuno que o Governo e até, algumas instituições competentes, se envolvessem na criação de projectos de reinserção social e mesmo na flexibilização da área burocrática que até certo ponto prejudica os beneficiários directos (os mineiros) e também lesa o Estado moçambicano tendo em conta que esse dinheiro acaba beneficiando os sul africanos.

²²² Covane, 2001: 252-253.

4. Conclusão

O trabalho migratório em Mapulanguene mostra-se importante na contribuição da economia familiar e no desenvolvimento da comunidade. A comunidade, não encontrando soluções práticas de emprego para satisfazer as suas ambições económicas e sociais, abraçou o trabalho migratório como resposta para melhorar as suas condições de vida.

Esta região com boas condições para a prática da actividade agropecuária, a grande preocupação dos migrantes foi fundamentalmente a aquisição do gado, charrua, carroças e ganhar dinheiro para o lobolo. Portanto, havia uma grande preocupação dos jovens em ir a RSA para poderem adquirir gado para casar e posteriormente criarem estes animais como forma de capitalizarem o seu dinheiro.

Contudo, com o melhoramento das condições salariais a partir de 1970, influenciou nos objectivos dos mineiros, pois alguns com boas iniciativas e princípios de investimento começaram a investir na aquisição de carros, motobombas, construção de casas de alvenaria, barracas, painéis solares e geradores de energia, isto é, em algo que achavam que poderia mudar as condições da sua vida e da comunidade.

A posse de factores de produção tais como gado, charruas, carros, não satisfaziam apenas a interesses individuais, mas também contribuíam para o desenvolvimento da comunidade porque eram alugados a troco de dinheiro ou através de sistemas locais de inter-ajuda.

Com as dificuldades de transporte que existem na zona alguns carros dos mineiros é que por vezes ajudavam no escoamento da produção para os mercados consumidores. Os

militares para poderem fazer a perseguição do inimigo ou para se deslocarem a zonas recônditas pediam auxílio aos mineiros que eram os únicos com carros na zona.

Actualmente devido à falta de cobertura das redes de telecomunicações os mineiros investiram nesta área facilitando deste modo a comunicação dos migrantes com os seus familiares em Mapulanguene, para além de permitir a ligação com outros pontos do país.

No entanto, não se exclui a hipótese de que a migração concorre para aumento da pobreza porque há migrantes que abandonaram as suas famílias e nunca mais voltaram, alguns não assistem as suas famílias, ou contraíram doenças na RSA e as suas famílias retiram o pouco que devia ser canalizado para a sua sobrevivência para garantir a assistência médica do seu parente.

Os antigos mineiros em Mapulanguene clamam pela falta de apoio por parte das entidades governamentais para poderem reaver o dinheiro perdido na RSA, alguns porque o valor da indemnização não confere ao que vem estipulado.

Sendo assim, os mineiros revelam falta de apoio por parte das entidades governamentais para poderem dar melhor apoio às suas famílias e a comunidade em geral. Parece não haver interacção entre as estruturas locais e os migrantes orientando-os a investirem em áreas sensíveis nas suas zonas de origem de modo a melhorarem as condições de vida da sua comunidade e garantirem a sua sustentabilidade findo o seu contrato nas minas.

O trabalho migratório mediante esta situação torna-se numa área vulnerável porque os mineiros só conseguem assistir as suas famílias quando ainda estão no activo, ao perderem os seus contratos voltam a cair no âmago da pobreza.

5. Referências

Entrevistas

1. Adriano Maduvula Lamula (ex. Mineiro), Mapulanguene. 29. 07. 06.
2. Agente da Polícia da República de Moçambique, Mapulanguene. 01. 08. 06. .
3. Alfredo Manave Mudlhovo (ex. Mineiro), Mapulanguene. (28. 07. 06).
4. Aliosse Rafael Tivane (ex. Mineiro), Mapulanguene. 29. 07. 06.
5. Amosse Ngovene (ex. Mineiro; Faz serviços veterinários), Mapulanguene. 27.07.06 e 31. 07. 06.
6. António Massitela Malhaule (ex. Mineiro), Mapulanguene. 27. 07. 06.
7. António Neuma (ex. Mineiro), Mapulanguene. 28. 07. 06.
8. Armando Cachane Valoi (ex. Mineiro), Mapulanguene. 27. 07. 06.
9. Armando Mundjovo (ex. Mineiro), Mapulanguene. 29. 07. 06.
10. Elimone Mosquene Mundlhovo. (ex. Mineiro), Mapulanguene. 28. 07. 06.
11. Elmone Johane Matsumbo (ex. Mineiro), Mapulanguene. 29. 07. 06.
12. Fernando Mudaka (ex. Mineiro), Mapulanguene. 28. 07. 06.
13. Filimoni Matombosana Lhongo (ex. Mineiro), Mapulanguene. 29. 07. 06.
14. João Mariquele. (ex. Mineiro), Mapulanguene. 29. 07. 06.
15. José Khossa. (ex. Mineiro), Mapulanguene. 31. 07. 06.
16. José Mutema Chiúre (ex. Mineiro), Mapulanguene. 29. 07. 06.
17. Juliasse Tchambale (ex. Mineiro), Mapulanguene. 27. 07. 06.
18. Júlio Khossa (ex. Mineiro), Mapulanguene. 28. 07. 06.
19. Lúcia Simone Mundjovo (Esposa do ex. Mineiro reformado), Mapulanguene-Bairro 4. 31. 07. 06.
20. Mufucua Salvador Chauque. (Mineiro no activo), Mapulanguene-Bairro 5. 31. 07. 06.
21. Pilate Jonasse Mundlhovo. (Viúva de um Mineiro), Mapulanguene. 28. 07. 06.
22. Salva Khossa (Esposa de um mineiro no activo), Mapulanguene. 28. 07. 06.
23. Sidónio José Duque (chefe do Posto Administrativo de Mapulanguene), Mapulanguene 30. 07. 06.
24. Simoni Ntivane. (ex. Mineiro), Mapulanguene. 31. 07. 06.
25. Vicente Chitolo Muzimba. (ex. Mineiro), Mapulanguene. 29. 07. 06.
26. Wiliamo Macuvele (ex. Mineiro), Mapulanguene-Capitine. 29. 07. 06.

Documentos do Arquivo (AHM)

Fundo dos Negócios Indigenas, Cx871

ISANI, Inspecção Ordinária à Administração da Circunscrição de Magude: 3, 1961; Cx10

Júlio Augusto Pires. *Relatório de inspecção ordinária aos Postos Administrativos do Distrito de Tete*, 1945. Relatórios 191

Monografias

Abrahamsson, H e Nilsson, A. *Moçambique em Transição: Um Estudo da História de Desenvolvimento Durante o Período 1974-1992*. Maputo: CEE-ISRI, 1994.

- Adam, Y & Coimbra, H.** *Distritos Ricos Que Se Tornaram Pobres na Província de Maputo: Estudos de Caso na Moamba e em Magude.* Maputo: UEM/CEP, Abril de 1996.
- Cardoso, Fernando Jorge.** *Gestão e Desenvolvimento Rural: Moçambique no Contexto da África Sub-Sahariana.* Lisboa: Fim do Século, 1993.
- Castelo-Branco, C. N. (Org.).** *Moçambique: Prespectivas Económicas.* Maputo: UEM/FundaçãoFridrich Ebert, 1994.
- CBCISS.** *Teorização do Serviço Social.* São Paulo: Agir, 1986
- CEA.** *O Mineiro Moçambicano: Um Estudo Sobre a Emigração de Mão-de-obra em Inhambane.* Maputo: UEM, 1998.
- Covane, L.** *O Trabalho Migratório e a Agricultura no Sul de Moçambique (1920-1992).* Maputo. 2001.
- De Vletter, F.** *Sons of Mozambique: Mozambique Miners and Post Apartheid South Africa.* Cape Town: Southern Africa Migration Projects, 1998.
- De Vletter, F.** *The Implications of Changing Migration Patterns In Southern Africa.* Paris: OECD, 1994. 25p.
- Do Rosário, C. A.** *Produção de Cereais e o Crescimento da População de Moçambique.* Maputo: (S.ed.), 1999.
- DH/UEM,** *História de Moçambique.* Vol. I. Maputo: Cadernos Tempo, 1982. pp.108-109.
- Harries, P.** *Culture and Identity: Migrant Labours in Mozambique and South Africa. 1860-1910.*Johanesburg: Witwatersrand University press, 1994.
- James, W. G.** *Our Precious Metal: African Labour In South Africa Gold Industry, 1970-1990.* Cape Town: David Phillip Publisher (PTY), 1992.
- Murray, C.** *Families Divided-The Impact of Migrant Labour In Lesotho.* African Studies series 29, Cambridge University Press, 1981.
- Negrão, J.** *Cem Anos de Economia da Família Rural Africana: O Vale do Zambeze em Análise Retrospectiva.* Maputo: Promédia, 2001
- Pastore, José.** *Agricultura e Desenvolvimento.* Rio de Janeiro: APEC Editora, 1973. p17-21.

Teses e Dissertações

Alfeu, M. "Influência da Emigração Para África do Sul no Desenvolvimento Sócio-Económico e nas Características Demográficas no Distrito De Massinga". (Dissertação de Dissertação em Geografia), UEM, 2001.

Das Neves Tembe. "Tete e o Trabalho Migratório Para a Rodésia do Sul", 1913-1958/60. (Dissertação de Licenciatura). Maputo: ISP, 1990.

Give, Eduardo J. F. "O Trabalho Migratório e o Impacto do HIV/SIDA no Distrito de Chókwè, 1990-2004". Maputo: UEM/FLCS, 2005. (Dissertação de Licenciatura em História), 2005

Machava, A. J. "Migrações Transfronteiriças E Transformações Sociais Em Matutuine, 1970s-2000". (Dissertação de Licenciatura), UEM, 2003.

Malate, F. "O Contributo da Agricultura Camponesa na Garantia da Segurança Alimentar no Posto Administrativo da Manhiça, 1994-2003". (Dissertação de Licenciatura em História), UEM, 2006

Mazivila, N. R. "Análise das Estratégias de Segurança Alimentar e HIV/SIDA: Caso de Estudo Posto Administrativo de Magude-Sede", (Dissertação de Licenciatura), UEM, 2005.

Relatórios

ACNUR-PNUD. Perfil de Desenvolvimento: Distrito de Magude. Maputo, 1996.

CEA. *Alguns dos Efeitos e Implicações da Expulsão de Trabalhadores Migrantes Moçambicanos Pela República da África Do Sul.* Maputo: 1 de Março de 1986.

CEA. *Os Mineiros Moçambicanos na África do Sul.* Maputo, 1980.

CEA. Relatório Provisório Sobre o Desemprego no Maputo. Maputo: IICM, 1978.

Chilundo, A. G. *Avaliação do Impacto Sócio-Económico e Ambiental do Projecto de Conservação Transfronteiriça nos Distritos de Magude e Moamba.* Maputo: Amoterra, Maio, 1998

Perfil Distrital de Segurança Alimentar e Nutrição. *Magude-1997.*

Plano Desenvolvimento do Sector Agrário da Província de Maputo (PDSAPM). *Relatório Preliminar de Magude, 21/11/2005*

Artigos

Casal, A. Y. "A Crise da Produção Familiar e as Aldeias Comuns em Moçambique". In: *Revista Internacional dos Estudos Africanos N°S 8&9*, Janeiro-Dezembro, 1988.

Casal, A. Y. "Discurso Socialista e Camponeses Africanos: Legitimação Política-Idiológica da Socialização Rural em Moçambique (Frelimo 1964-1984)"

Connor, Teresa K. Crooks, Commuters and Chiefs: Home and Belonging in Border Zone in Pafuri, Gaza Province, Mozambique. *Journal of Contemporary African Studies*, 21. 01. 2003.

Crush, J. "Mine Migrancy In the Contemporary Era". In: Crush & James (eds.). *Crossing Boundaries: Mine Migrancy In Democratic South Africa*. Cape Town. Creda Press, 1995, 218-226.

Crush, J. et al. "Undermining Migrancy And Sub-Contracting In South Africa Gold Mining Industry". In: *SAMP*. Nº15. Cape Town: South Africa Migration Project, 1999.

Das Neves-Tembe, J das. "Migrações Transfronteiriças e Redução da Pobreza em Moçambique: Lições do Passado e Oportunidades do Presente". Primeira Conferência Nacional da OSSREA em Moçambique- As Ciências Sociais na Luta contra a pobreza em Moçambique, Maputo, 2-3 Dezembro 2003.

Davies, R. & Head, J. The Future of Mine Migrancy: Trends In Southern Africa. In: crush, J & James W. (eds.). *Crossing Boundaries: Mine Migrancy In Democratic South Africa*. Cape Town, 1995. 202-214

Davies, R. "Algumas Implicações dos Possíveis Cenários Pós Apartheid Para a Região da África Austral". In: *Estudos Moçambicanos nº 8*. Maputo: UEM/CEA, 1990. Pp 145-186.

De Vletter, F. "Labour Migration to South Africa: The Lifeblood For Southern Mozambique", In: Mcdonald, David A. *On Borders Perspection On International Migration In Southern Africa*. Kingston, 2000. 47-67

Hermele, K. "Lutas Contemporâneas Pela Terra no Vale do Limpopo: Estudos de Caso do Chokwe, Moçambique 1950-1985". In: *Estudos Moçambicanos nº 5\6*. Maputo: CEA, 1986. Pp. 54-81.

Head, J. *Migrant Labour From Mozambique: What Prospects?* Cape Town University, 27-29 June 1994. 27p.

Lubkemann, S. C. "Other Motives, Other Struggles: Gender Politics and the Shaping of War Time Migration In Mozambique". *Rethinking Refugee and Displacement*. Selected papers on refugees and immigrants, Volume VIII. 343-368

Macuacua, A. A. "Que Estratégias Para a Redução da Pobreza em Moçambique"? Conferência Constitutiva da OSSREA. Maputo, 2-3 de Dezembro de 2003. P. 2

Manghezi, A. "A Estratégia de Sobrevivência Contra a Fome no Sul de Moçambique". In: *Estudos Moçambicanos nº 4*. Maputo: CEA, 1983

Manghezi, A. "Legacies of Labour Migration from Southern Mozambique to South Africa". In: *Labour Migration In Southern Africa*. Lloyd Sachikonye (edit), Harare: Sapes Books, 1998.

Mosca, J e Delgado, F. C. "Ajustamento Estrutural e Segurança Alimentar: O Caso de Moçambique". In: EXTRAS Nº 15, Maio/Agosto, 1994

Sitoe, E. "Labour Markets and Migration In Mozambique". In: Khabele Matlosa (ed.). *Migration and Development In Southern Africa: Policy Reflections*. Harare: SAPES Trust, 2001, pp. 281-300

Revistas e Periódicos

Notícias: "Falta De Acordos Perpetua Greves Nas Minas". Maputo, 13/08/2005. nº 26380.

Tomé, Bartolomeu et al. Magaíza o Melhor Apoio à Chegada, in *Revista Tempo*, (492). 16 de Março de 1980. P. 21-36.

Internet

<http://www.moc.org.br/artigos/23-05-2007>

FIGURA 1: Província de Maputo e Distrito de Magude

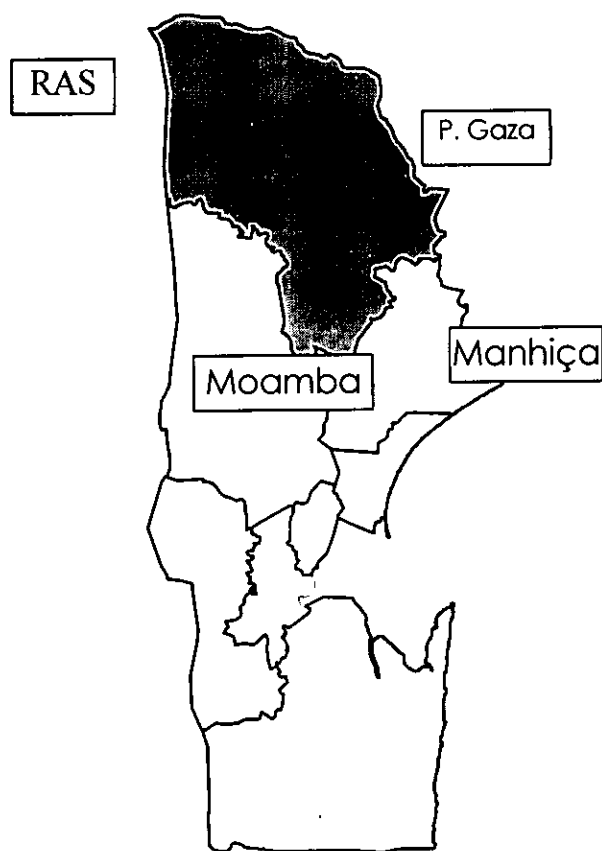


FIGURA 3: Densidade populacional

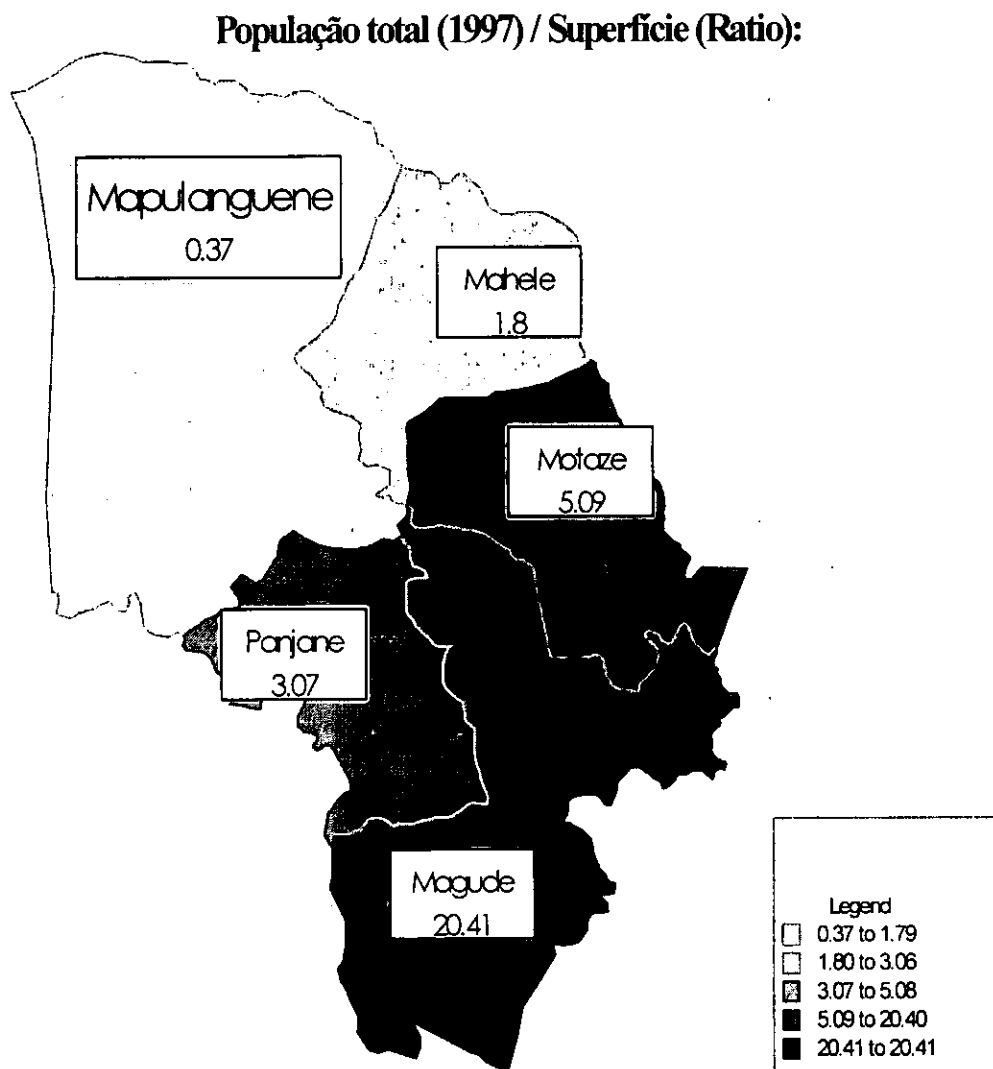


FIGURA 2: Os Postos Administrativos e Sua Área

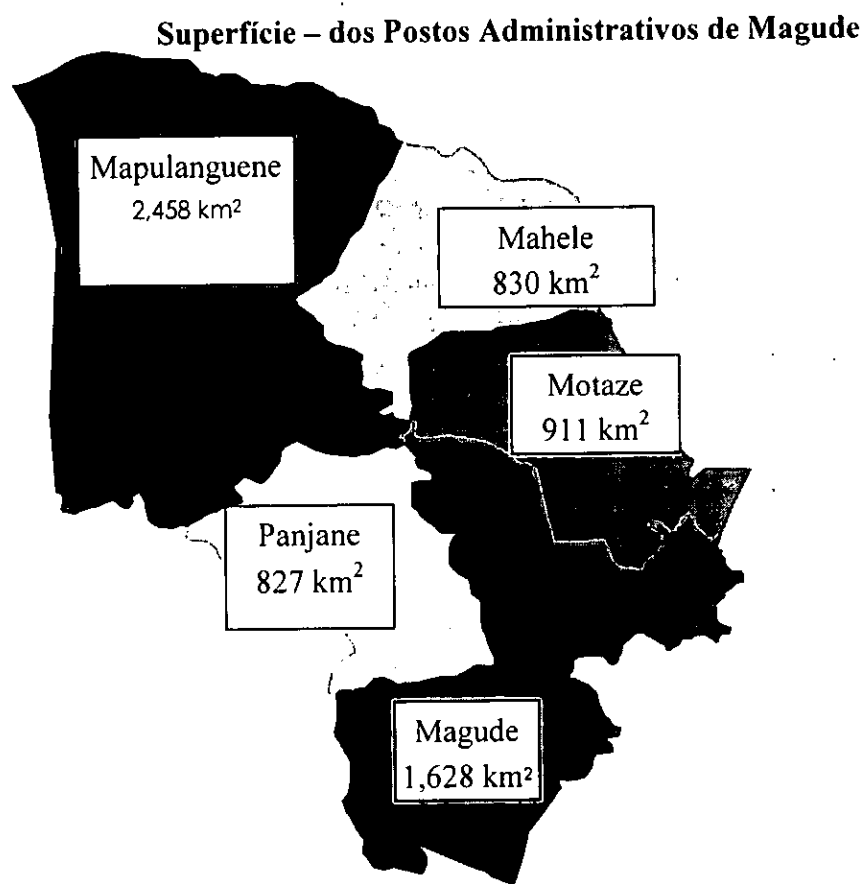


Tabela 1: Distribuição da População a Nível das Localidades do Posto Administrativo de Mapulanguene.

Localidades do Posto de Mapulanguene	Famílias	Habitantes
Mapulanguene-Sede	84	312
Matsandzane	108	435
Magondzo*		
Capitine	46	143
Total	238	890

(*) Faltam-nos dados da Localidade de Mangondzo.

Fonte: Elaborado com base nos dados colhidos na Administração Distrital de Magude. Perfil distrital de Magude, 2006. pp.11

Tabela 2: Densidade Populacional Por Posto Administrativo

Postos Administrativos	População	Área (km²)	Densidade (hab/km²)
Magude Sede	33.223	1.628	20,4
Motaze	4.535	911	4,9
Mapulanguene	902	2.458	0,3
Panjane	2.535	827	3,0
Mahel	1.493	830	1,7
Total	42.788	6.654	6,4

Fonte: Perfil Distrital de Magude, 2006. pp.12; Compilado do II RGP e Habitação/97

Tabela 3: Distribuição da População do Distrito e do Posto Administrativo de Mapulanguene por Sexo, Idade e Sua Projecção

	Total	População de 16 anos e Mais	Pop. Proj. 2002	Pop. Proj. 2010
Distrito de Magude	42.788	23.749	33.555	23.772
Homens	18.160	8.792	16.128	11.587
Mulheres	24.628	14.957	17.427	12.185
Mulheres% total	58%		52%	51%
+ de 16 anos% total		56%	57%	59%
P.A. de Mapulanguene	902	510		
Homens	433	239		
Mulheres	469	271		
Mulheres% total	52%			
+ de 16 anos% total		57%		

Fonte: Adaptado do PDSAPM, 2005: 7

Tabela 4: Evolução dos efectivos pecuários a nível distrital¹

Distrito	Gado	1997	1998	1999	2000	2001
Magude	Pequenos ruminantes	5.552	9.992		10.476	11.776
	Suínos	238	317		607	661
	Aves				11.690	13.450
	Bovinos	8.179	9.708	13.376	16.705	21.161

Fonte: Dados Compilados do PDSAPM, 2005: 26

¹ Não nos foi possível fazer o levantamento de dados concretos do Posto Administrativo de Mapulanguene.

Tabela 5: Arrolamento Pecuário de 2005 em Sectores de Actividade²

Sector	Gado				
	Bovino	Caprino	Ovino	Suíno	Azenino
Familiar	33.977	12.812	1.589	942	193
Privado	16.673	2.903	2.315	1.236	
Estado	863	20	82	82	
Total	51.413	15.735	3.976	2.260	193

Fonte: Direcção Distrital da Agricultura (DDA) de Magude

Tabela 6: Distribuição da Rede Comercial a Nível do Posto Administrativo de Mapulanguene³

Posto Administrativo de Mapulanguene	Localização	Nº de Estabelecimentos
	Mapulanguene-Sede	1
Mapulanguene	Matsandzane	2
	Macaene	1
	Cumane	1
Total		5

Fonte: Adaptado dos dados do Perfil Distrital de Magude, 2006: 27; Observação feita no terreno, Julho, 2006.

² Estes dados facilitam-nos perceber que o fomento pecuário a nível de todo o distrito esta em continua expansão principalmente no sector familiar.

³ Os estabelecimentos comerciais existentes, são pequenas mercearias informais que não chegam a satisfazer todas as necessidades da população. Com efeito, a população insiste na reabertura da fronteira de Mapulanguene para facilitar a aquisição de produtos de primeira necessidades que ainda são escassos na zona.